

Temer obstruiu a Justiça, concluiu a Polícia Federal

Marcelo Camargo - ABr



Dodge pede que STF prenda Paulo Preto e cupincha de Sérgio Cabral

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou com recursos no STF contra as decisões do ministro Gilmar Mendes, que soltaram o operador do PSDB, Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, o ex-presidente da Federação do Comércio do Rio de Janeiro, Orlando Diniz, do esquema de corrupção de Sérgio Cabral, e o doleiro Oswaldo Prado Sanches, um dos presos da operação ‘Câmbio, Desligo’ (Lava Jato RJ). **Página 3**

PT usa nome do Papa em mentira sobre visita a Lula

O Vaticano desmentiu a versão publicada pelo PT nas redes sociais de que o Papa Francisco tenha enviado um terço ou feito qualquer manifestação a favor de Lula, condenado e preso pela Operação Lava Jato a 12 anos e 1 mês por corrupção e lavagem de dinheiro. “Como tantos outros, é um terço abençoado e distribuído em inúmeras ocasiões”, afirma o texto. **Página 3**

Ações do cartel bélico dos EUA caem após Kim encontrar Trump

A histórica cúpula entre o líder Kim Jong Un e o presidente Donald Trump, comemorada no mundo inteiro, causou em Wall Street, conforme o jornal USA Today, queda de 2,8% das ações da Raytheon – que faz os Tomahawk – e de 1,3% na Lockheed (F-35 e outros sistemas de ataque). Na Northrop (mísseis e guerra cibernética), a contração foi de 1,5%. E 1,6% a menos na General Dynamics (submarinos nucleares). Para o analista Brad McMillan, “a paz é ruim para os negócios”. **P 7**

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.641 15 a 19 de Junho de 2018

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Ocultou crime e comprou silêncio para proteger a organização criminosa

O relatório feito pela Polícia Federal na “Operação Cui Bono?”, que investigou o esquema de fraudes na Caixa Econômica, na época em que Geddel Vieira Lima foi nomeado por Dilma para uma das vice-presidências da instituição, concluiu que

“... foram verificados indícios suficientes de materialidade e autoria atribuível a Michel Miguel Elias Temer Lulia (...) por embaraçar investigação de infração penal praticada por organização criminosa”. O relatório agrava ainda a situação de Eduardo Cunha e Geddel Vieira Lima. **Página 3**

BC culpa as vítimas e alivia os bancos pelo juro bancário alto

Enquanto todos os setores perdem, bancos têm lucros exorbitantes, mas o Banco Central responsabiliza “inadimplentes” por juros acima dos 300%

Lucas Figueiredo - CBF



O Canarinho levou sua irreverência a Liverpool (Inglaterra), onde atacou de cavaquinho ao lado dos Beatles

Canarinho Pistola sintoniza o Brasil na estreia da Copa

O Canarinho, que foi apelidado pelo povo de “Canarinho Pistola” se tornou a sensação das redes sociais nos últimos dias. A mascote,

com cara de irritado, representa bem o espírito dos brasileiros. Irreverente e com talento nos pés, Pistola diverte a todos por onde passa,

de crianças amedrontadas por seu enorme bico laranja a craques como Neymar e Philippe Coutinho. Após a contundente vitória em

cima da Áustria, a Seleção Brasileira se prepara agora para a sua partida inicial da Copa do Mundo contra a Suíça. **Página 5**

O Relatório de Economia Bancária, divulgado pelo BC na terça-feira, é uma repetição do que dizem os porta-vozes dos bancos privados. Ao contrário de todos os anteriores, que sempre apontaram os lucros dos bancos como principal componente das altas taxas de juros, agora o culpado passou a ser o cliente, que, como é um caloteiro, obriga os pobres e aflitos banqueiros a manter altas as taxas de juros. Segundo diz o BC, é uma “metodologia aperfeiçoada”. Deve ser “aperfeiçoada” para tapar o sol com a peneira e fazer o papel de papagaio de banco. **Página 2**

Maggi perdeu o foro privilegiado. Próximos serão Moreira e Padilha

A Primeira Turma do STF decidiu, na terça-feira, estender a restrição de foro privilegiado também aos ministros de Estado. O caso do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, foi enviado à Justiça do Mato Grosso. A decisão pode atingir os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco, do PMDB, além de Kassab (PSD) e Aloysio Nunes (PSDB). **Pág. 3**

Planos de Saúde sobem 20%. Há 14 anos reajuste é acima da inflação

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) defendeu o preço abusivo para os planos de saúde individuais, limitado pela Justiça a 5,72%. O aumento dos planos empresariais chega a 20%.

Temer quer jogar seu fracasso em cima dos caminhoneiros

O governo Temer quer pôr a culpa de seu desgo-verno em cima dos caminhoneiros. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fábio Kanczuc, disse nesta terça-feira (12), que a greve dos caminhoneiros causou um prejuízo para a economia de cerca de R\$ 15,9 bilhões, e esquece que a greve foi provocada pelo próprio governo, com sua política insana de reajustes diários nos preços do diesel.

Mas não só o moribundo Temer tenta colocar a população contra os caminhoneiros, há também setores da mídia, economistas e outros defensores do ajuste fiscal que, em quatro anos, afundou o país na miséria, no desemprego, e transferiu bilhões de dinheiro público aos bancos, rentistas e especuladores, através dos juros da dívida pública.

Estes foram os primeiros a dar pulos de raiva com a queda do representante das multinacionais petroleiras, Pedro Parente, da presidência da Petrobrás. Enquanto presidente, além impor uma política de desinvestimento e venda de ativos da Petrobrás, impôs a política de preços dos combustíveis da estatal com base no dólar, ou seja, a mercê da especulação. Com essa política iniciada em julho do ano passado, o preço do diesel aumentou 59,32% e o da gasolina 58,76%, para uma inflação, pelo IPCA, de 2,68%.

A saída de Pedro Parente da direção da Petrobrás é resultado da mobilização dos caminhoneiros, que teve o apoio da população brasileira - que sofre não só com o aumento dos combustíveis, mas com a queda de seus salários, com o desemprego, com o aumento dos alimentos e remédios, do gás de cozinha, das tarifas de energia, do plano de saúde, e etc.

Temer e aliados buscam usar a paralisação dos caminhoneiros para mascarar o péssimo desempenho da economia.

A famigerada recuperação econômica de Temer já não existia antes da greve do transporte de cargas. Os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre deste ano variaram próximo de zero, isto é, 0,4% em relação ao último trimestre de 2017, segundo dados do IBGE.

O PIB da indústria de transformação, setor decisivo para a economia, caiu -0,4% na mesma comparação com o trimestre anterior. Na agricultura, para o mesmo período, a cultura do milho desabou -13%, a do arroz, -6,8%, a da soja ficou estagnada (0,6%) e “todas as culturas destacadas apontaram estimativa de queda de produtividade”, diz relatório do IBGE. Leia mais sobre este assunto: PIB do trimestre é o pior entre 40 países e expõe estagnação, em [www.horadopovo.com.br](#).

A taxa de desemprego subiu para 13,1%, ante 11,8% do trimestre de 2017, atingindo 13,7 milhões de brasileiros, de acordo com o IBGE. O número total de desempregados (incluindo os subempregados) passou de 26 milhões e 516 mil trabalhadores para 27 milhões e 669 mil trabalhadores, entre o final de 2017 e o final do primeiro trimestre de 2018.

ANTÔNIO ROSA

Venda do comércio está 6% abaixo do pico de 2014

A Pesquisa Mensal do Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na quarta-feira (13), apontou que o volume de vendas do Comércio Varejista em abril, em relação ao mês de março, foi de apenas 1,0%. Esse resultado está 6% abaixo do pico de outubro de 2014. Os dados das vendas do varejo também jogam por terra a "recuperação" de Temer: De janeiro a março, o índice oscilou em torno de zero: 0,9%; - 0,2% e 0,3%.

Na comparação com abril do ano passado, os setores de hipermercados, supermercados, alimentícios, bebidas e fumo tiveram crescimento zero. Tecidos, vestuário e calçados apresentaram uma queda de -7,3%.

Dos oito setores que compõem o indicador, cinco apresentaram quedas. Entre as variações positivas, o segmento de artigos farmacêuticos, médicos,

ortopédicos, deperfumaria e cosméticos foi o maior, no entanto, não alterou a variação de apenas 0,6% da somatória das vendas do comércio em abril. Entre outras razões, pelo fato de que só a alimentação, que teve crescimento zero, responder por 46% do indicador geral.

Já o comércio varejista ampliado, que incluiu o desempenho dos setores de veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção, teve uma influência muito grande das exportações de autoveículos, que em abril foi + 8,4% sobre o mês de março, predominantemente veículos leves, carro chefe das exportações do setor, que resultaram na variação de 1,6% no varejo ampliado de um mês para o seguinte. Mas, o varejo ampliado ainda está 11,5% abaixo do ponto mais alto da série, que foi registrado em agosto de 2012, aponta o IBGE.

BC diz, em relatório, que culpa dos juros altos é dos clientes dos bancos



Pela mágica metodologia de Goldfajn, o peso do lucro dos bancos caiu para 14,9%

Governo vai beneficiar importadoras de combustíveis com dinheiro da área social

Após a greve dos caminhoneiros, Temer assinou no final de maio a Medida Provisória nº 838/2018, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel. Para isso, R\$ 9,5 bilhões serão retirados da saúde, educação, transporte, segurança, entre outros, para garantir o subsídio à Petrobrás e às importadoras, na sua maioria multinacionais.

Como disse Paulo César Ribeiro Lima, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, não há nenhuma necessidade de subsidiar a Petrobrás, já que, com o custo de produção atual do diesel a R\$ 0,93 por litro, ela tem, pelos preços de antes da greve, um lucro de 150% e, com a redução de R\$ 0,46 no preço do diesel, conforme acordado com os caminhoneiros, um lucro de 126%. As importadoras que respondem por 25% do mercado internacional têm lucros maiores ainda. Esses lucros estão crescendo após o governo diminuir a produção nas refinarias da Petrobrás.

De acordo com o art.1º da MP, a benesse em subsídios é para equalizar

“parte dos custos dos produtores e importadores”. Será tirado, portanto, como vimos acima, dinheiro da sociedade para subvencionar atividades altamente lucrativas. Um verdadeiro escândalo. O valor que será pago é de R\$ 0,07 (sete centavos) por litro até o dia 7 de junho e de R\$ 0,30 (trinta centavos) por litro a partir do dia 8 de junho e até o dia 31 de dezembro de 2018.

Na estimativa do Ministério da Fazenda, as importadoras devem receber cerca de R\$ 2,3 bilhões em subvenções “mas o valor efetivo será determinado pelo volume de vendas futuro entre importação e produção nacional. Não foi definido um limite máximo de subvenção às importadoras”, conforme a Aepet.

“Enquanto as refinarias brasileiras operam abaixo de sua capacidade máxima [68,1%], a importação do diesel bate recordes históricos, assim como a participação dos Estados Unidos nesse mercado”, denuncia a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).

De janeiro a março deste ano, registraram a maior importação de diesel para um primeiro trimestre em

toda a série histórica, segundo números do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Segundo a Aepet, o ano passado, a importação de diesel chegou à marca inédita de 11 milhões de toneladas, dos quais 80% vieram dos Estados Unidos. Atualmente, 193 empresas estão autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a importar diesel.

“Mesmo autossuficiente na produção do petróleo bruto, o enfraquecimento das refinarias nacionais e o estímulo à importação tendem a tornar o Brasil mais dependente de outros países e de flutuações no preço internacional”, afirma a Aepet.

Para a entidade, “as medidas anunciadas por Temer não alteraram a sua política de preços da Petrobrás, que mantém os preços acima da média internacional”.

Segundo Paulo César Ribeiro Lima, “o problema não são os impostos. Na gestão de Pedro Parente, mesmo excluindo os tributos, o brasileiro chegou a pagar 40% a mais que consumidores de países ricos, como Estados Unidos, [países da] Europa e Japão”.

Preço de gás de cozinha dispara e famílias retrocedem ao fogão de lenha e de carvão

O governo não está nem aí para os aumentos lunáticos nos preços do gás de cozinha. Assim como a gasolina e o diesel, a política de preços do gás de cozinha (GLP) passou a ser reajustado pela cotação do dólar e o preço internacional do produto. Essa política provocou uma alta no ano passado de 67,8% nas refinarias paraa envase em botijões de 13 quilos. Isso encareceu em 16% para o consumidor, chegando em alguns lugares, como Recife, a 33,52% de aumento no botijão. Não há nenhum controle sobre os preços cobrados ao consumidor.

No início de 2018 os preços continuaram subindo. Os preços passaram de R\$ 57,19 em média, em abril de 2017, para R\$ 66,99 em abril de 2018. Sendo que em vários lugares o preço passava dos R\$ 80. Foi o que disseram Licena e Marina Carriere, moradoras de São Paulo, fabricantes caseiras de massas e doces italianos por encomenda. Elas pagaram R\$ 80 por um botijão e já sabem que o próximo vai ser mais caro. Na casa da Odeiza Nunes, do Rio Grande do Norte, a comida agora sai do fogão a lenha. “O botijão está caro, a gente não tem condições de comprar”, diz ela.

Segundo dados divulgados pelos serviços especializados em queimaduras do

SUS, houve uma elevação de acidentados por uso de querosene e álcool dentro de casa. Isso se deveu à substituição do botijão de gás. Está ficando impossível para o povo pagar esses preços absurdos que vêm sendo cobrados pelo botijão.

“É preocupante saber que 3 milhões de famílias não compraram gás e elas estão fazendo o que? Estão usando lenha, máquinas de gasolina, de álcool ou estão deixando de comer?”, diz o presidente da Associação de Revendedores de Gás Li-quefeito no país, Alexandre José Borjaili.

A greve dos caminhoneiros conseguiu, apesar das tentativas de enrolação do governo, colocar um freio da disparada de preços do diesel. Mas, em compensação, os preços da gasolina e do gás de cozinha estão disparando. De abril de 2017 a abril de 2018 o preço do botijão foi reajustado em 70% e, em abril de 2018, pouco antes da explosão da greve dos caminhoneiros, Pedro Parente anunciou a redução de 5% do preço do botijão de gás de cozinha. Puro cinismo.

É um escárnio o Sr. Parente e seu substituto dizem que essa pífia redução de 5% teria a preocupação de tornar o produto mais acessível para a população de baixa renda, depois de ter elevado o preço do

botijão seis vezes em cinco meses. O botijão de gás de cozinha é um produto de primeira necessidade para as famílias, principalmente as mais carentes, que hoje já amargam as altas tarifas de energia elétrica, o desemprego e a queda na renda.

A sociedade, que apoiou a greve dos caminhoneiros não aceita que o gás de cozinha e a gasolina sigam tendo aumentos extorsivos como estes. A Central Geral dos Trabalhadores (CGTB) anunciou que vai preparar uma grande mobilização contra os aumentos abusivos da gasolina e do gás de cozinha. A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (CO-BAP) publicou nota de apoio à greve dos caminhoneiros, mas protestou contra os aumentos de gasolina e do gás de cozinha.

Para a entidade, "essencial seria baixar o preço dos demais combustíveis e gás de cozinha, que certamente desencadearia a queda dos alimentos nos mercados e em quase todos os setores". “Nós aposentados aplaudimos de pé a batalha travada pelos irmãos caminhoneiros. Inspirados por essa luta árdua travada nas estradas, exigimos que o Governo Federal não permita que a inflação dispare ainda mais”, disse o presidente da Cobap, Warley Martins.

Aconteceu algo que justificasse essa redução do peso do lucro dos bancos como componente dos juros altos?

O Relatório de Economia Bancária, divulgado pela diretoria do Banco Central (BC) na terça-feira, dia 12, é, em poucas palavras, uma fraude.

Algo muito sintomático é que até mesmo alguns comentaristas econômicos que não são avessos ao setor financeiro – pelo contrário – ou à política do sr. Ilan Goldfajn no BC, registraram que o relatório é “um alinhamento” com o que dizem os bancos. Por exemplo: “... chama atenção o elevado grau de alinhamento entre o tom do documento (...) com o normalmente empregado pelos bancos sobre as causas do spread bancário elevado no Brasil” (Fábio Graner, Valor Econômico, 13/06/2018).

O “spread”, que é embutido na taxa de juros, é a diferença entre o custo dos bancos para captar dinheiro e aquele que impõem aos seus clientes, para emprestá-lo. Seu principal componente, há muito, é o lucro extorsivo dos bancos.

[UMA NOTA: na decomposição do “spread”, o que é causa aparece como consequência; evidentemente, os altos “spreads” - isto é, juros – são causa do lucro, mas, aqui, o lucro aparece como “componente” do spread.]

Apesar de já um tanto subestimado, os sucessivos relatórios do BC sempre registraram o peso do lucro dos bancos como a principal razão pela qual os “spreads” no Brasil – ou seja, os juros – são tão altos.

Em 2014, quando foi publicado o último Relatório de Economia Bancária antes do atual, o lucro dos bancos (“margem líquida”) era responsável por 37,75% do “spread”.

Agora, no relatório de 2017, pela mágica metodologia de Goldfajn, o peso do lucro dos bancos caiu para 14,9%.

Para que o leitor tenha uma ideia, o lucro dos bancos passou de primeiro para quarto – e último - componente do “spread” (portanto, dos juros).

Do seguinte modo:

A) Em 2014 – componentes do “spread”:

- 1) lucro dos bancos: 37,75%;
- 2) impostos + FGC: 28,28%;
- 3) inadimplência: 24,73%;
- 4) custo administrativo: 9,23%.

Agora, vejamos a mesma coisa no relatório que acaba de sair:

B) Em 2017 – componentes do “spread”:

- 1) inadimplência: 37,4%;
- 2) custo administrativo: 25,0%;
- 3) impostos + FGC: 22,8%;
- 4) lucro dos bancos: 14,9%.

Assim, o lucro dos bancos saiu do primeiro para quarto lugar como componente dos juros altos.

Passaram, como dissemos acima, de um peso proporcional de 37,75% para apenas 14,9%.

Aconteceu algo que justificasse essa redução do peso do lucro dos bancos como componente dos juros altos (ou do “spread”, que é o principal componente da taxa de juros dos bancos)?

Pelo contrário, o lucro líquido dos bancos aumentou perto de 20% em menos de um ano, considerando o acumulado de 12 meses (cf. BC, **Relatório de Economia Bancária**

2017, gráfico 4.1, p. 83).

Aconteceu, também, que, de 2016 para 2017, a inadimplência das empresas (“pessoas jurídicas”) nas operações bancárias **diminuiu** de 3,5% para 2,9% (cf. idem, p. 131).

Do mesmo modo, a inadimplência das pessoas (“pessoas físicas”) nas operações bancárias **diminuiu** de 4% para 3,6% (cf. idem, p. 129).

Então, como os lucros dos bancos foram de primeiro para quarto lugar, como componente do “spread”?

Como a inadimplência foi de terceiro para primeiro lugar?

Como o peso dos lucros dos bancos diminuiu de 37,75% para 14,9% e o da inadimplência aumentou de 24,73% para 37,4%?

Aqui, realmente, só se pode falar em “alinhamento com o discurso dos bancos”. Pois somente os porta-vozes dos bancos tiveram, até hoje, o cinismo de dizer que os lucros nada têm a ver com os altos “spreads” que cobram dos clientes.

Realmente, os bancos sempre disseram que os altos “spreads” que eles cobram deve-se a que os clientes são muito caloteiros... E essa versão que o sr. Goldfajn resolveu adotar – não fosse ele, até há pouco tempo, economista-chefe (e sócio) do Itaú Unibanco.

Segundo ele, “a metodologia de cálculo do spread foi aperfeiçoada, de forma a captar melhor os seus componentes” (BC, rel. cit., p. 9).

Na verdade, ela se tornou tão arbitrária – não importa as equações apresentadas para justificá-la – quanto a cobrança de “spreads” pelos bancos, catapultando os juros para o espaço.

Como disse um economista norte-americano, a matemática-lixo consegue justificar qualquer absurdo ganancioso, sob fantasia supostamente “metodológica”.

Em uma situação econômica em que as empresas estão afundando desde o final de 2014, as pessoas estão sendo desempregadas por atacado, os bancos no Brasil têm uma rentabilidade – vale dizer, um lucro – que não existe noutra parte ou quase em nenhuma parte.

Quem diz isso é o próprio relatório do BC. O retorno dos bancos no Brasil, é maior que nos EUA, na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Itália, na Espanha ou na Suíça. Mais especificamente:

Rentabilidade dos bancos

(Média de retorno sobre o patrimônio líquido):

- a) Suíça: 3,2%;
- b) EUA: 3,4%;
- c) Itália: 4,7%;
- d) Inglaterra: 4,9%;
- e) Alemanha: 6,6%;
- f) Espanha: 7,8%;
- g) **Brasil: 13,8% (cf. BC, Relatório de Economia Bancária 2017, p. 84, gráfico 4.4).**

Reparemos que esta lista do que os bancos obtêm de retorno sobre o seu patrimônio é uma média geral. **Os grandes bancos, diz o relatório do BC, têm uma rentabilidade média de 15,1%.**

Mais ainda: a rentabilidade média do conjunto de bancos, em 2016, estava em 11,6%. Portanto, em um ano, essa rentabilidade média **aumentou** para 13,8%.

Mas a culpa, leitores, segundo Goldfajn, é do povo, que é muito mau pagador... C.L.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio,67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca, 211 - (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 - Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Candidato a presidente da República Para Ciro Gomes, “a maioria do parlamento brasileiro apodreceu”

O ex-ministro e ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, afirmou que “a maioria do Parlamento brasileiro apodreceu”. “Eu que já fui parlamentar me dói muito afirmar”, disse. “E isso está passando perigosamente ao povo uma lição de que são todos iguais. Não são. Quem quer que o povo pense que são todos iguais, na verdade, quer que o povo se veja como um ser incapaz de administrar o seu próprio destino”, completou, durante o lançamento da pré-candidatura do deputado federal Chico D’Angelo à reeleição, em Niterói.

Em entrevista para a BBC Brasil, o presidencialista declarou que “nenhum liberal desses toscos mal lidados chegará perto do meu governo”. Ele disse que sob seu governo o Banco Central será orientado a obter “a menor inflação a pleno emprego”.

Ciro criticou o governo por sua política de teto dos gastos por 20 anos e defendeu revogar essa medida. “Isso vai constriar o custeio da máquina. Você não vai repor os carros da polícia? A munição da polícia? Se eventualmente a inflação ficar perto de zero, como queremos, em torno de 3%, você vai crescer só 3% as viaturas do Exército e da Polícia? Isso daqui (o teto de gastos) tem que ser revogado pura e simplesmente. Mas, como o valor é correto, nós admitimos discutir. Mas nunca por status constitucional e nunca pesando sobre educação, saúde e investimento”, enfatizou.

“Eu não aceito a tutela do autorreferido mercado, que se trata, na verdade, de meia dúzia de especuladores financeiros, sobre a democracia”, advertiu Ciro Gomes.

Questionado sobre o que pensa sobre a Lava Jato, Ciro respondeu: “Sou completamente a favor, ponto”.

O ex-governador criticou Dilma e rebateu a ideia de que o governo dela tenha sido nacional-desenvolvimentista. “Não houve isso no governo Dilma. Vamos ter clareza. No primeiro governo Dilma fez-se o quê em matéria de nacional-desenvolvimentismo? Renúncia fiscal?”, questionou.

“O que a Dilma fez foi renúncia fiscal para setores oligopolizados do capital estrangeiro. Não houve verticalização, nem política industrial de comércio exterior no Brasil em nenhum setor”, completou.

Ciro também descartou fazer um documento nos moldes da Carta ao Povo Brasileiro que Lula divulgou em 2002 para ser aceito pelos representantes do capital financeiro externo. “Em hipótese nenhuma”, reagiu Ciro. “Olha no que deu. Cadê o Lula e onde estou eu?”, diz.

Marina descarta PSDB

A ex-ministra Marina Silva, candidata a presidente da República pela REDE Sustentabilidade, descartou qualquer possibilidade de aliança com PSDB.

Segundo interlocutores, diante do frustrante desempenho da candidatura de Geraldo Alckmin, setores do partido, entre eles Fernando Henrique Cardoso, estariam articulando uma negociação com a Rede.

“Não existe absolutamente nada disso com o PSDB. Estamos fazendo com outros partidos”, rebateu Marina, na noite de segunda-feira (11), em um evento em São Paulo.

A ex-ministra diz

que está com conversas adiantadas com PHS e o PMN. Ela citou também o PSB, mas reconheceu que há dificuldades para conversar com os socialistas que estão mais próximos de Ciro do que com a REDE.

Segundo Marina, não há nenhuma identidade programática do seu partido com o PSDB, que tem o inconveniente de várias lideranças tucanas estarem envolvidas em casos de corrupção e investigadas pela Lava Jato.

Até mesmo em São Paulo, onde foi governador até pouco tempo, o desempenho de Alckmin nas intenções de votos das pesquisas é decepcionante para os tucanos.

Garotinho é candidato ao governo do Rio de Janeiro

O ex-governador Anthony Garotinho anunciou, na segunda-feira (11), sua pré-candidatura ao governo do Rio de Janeiro pelo Partido Republicano Progressista (PRP). No discurso que fez aos correligionários, ele prometeu que, se for eleito, vai focar sua gestão na profissionalização dos jovens.

“Nós vamos pegar os Cieps, e não só fazer aquele turno integral, mas aproveitar a parte da noite para ensino técnico e tecnológico. Quantas profissões surgiram que você procura hoje e não encontra porque não tem mão de obra? A nossa juventude precisa ser formada”, declarou.

Garotinho governou o estado entre 1999 e 2002. Atualmente com 58 anos, ele nasceu em Campos, no Norte Fluminense,

onde já foi prefeito por dois mandatos. Também já foi deputado. O político disse que não concorrerá a outro cargo.

“Se não for isso, não serei candidato a nada. Eu não estou atrás de um cargo, eu estou atrás de um sonho. Para que eu quero um cargo aos 58 anos de idade, depois de já ter sido deputado federal mais votado e ser o governador mais jovem eleito no Rio?”, discursou.

Garotinho também manifestou o desejo de ter como companheiro de chapa o ex-deputado federal Brizola Neto (PPL). O dirigente do PPL do Rio de Janeiro, Irapuan Ramos, disse que a candidatura de Brizola Neto a vice “é um desejo de Garotinho, mas o PPL pretende que Brizola Neto seja candidato a deputado federal”.

PF cita Temer e indícia Cunha e Geddel por corrupção na CEF



Temer tentou comprar silêncio de Cunha. Geddel era vice da Caixa STF decide enviar processo de ministro da Agricultura para a primeira instância

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na terça-feira (12), estender a restrição de foro privilegiado também aos ministros de Estado, estabelecendo que a partir de agora eles só poderão ser julgados na Corte por crimes cometidos durante o mandato atual e relacionados à gestão.

A turma analisou o caso do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e mandou a investigação sobre ele para a primeira instância da Justiça do Mato Grosso. Ele é senador pelo Estado pelo Progressistas e está licenciado do cargo para chefiar a pasta.

Os ministros Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber

e Marco Aurélio Mello votaram por enviar o inquérito para a primeira instância. Apenas o ministro Alexandre de Moraes foi favorável ao envio para o STJ. “A razão de decidir do julgamento realizado pelo Supremo aplica-se indistintamente a qualquer hipótese de competência especial por prerrogativa de função”, explicou Fux, que relatou o caso.

Maggi é acusado de corrupção ativa por participar de um esquema de compra de uma cadeira de conselheiro no Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), em 2009, quando o ministro era governador.

Esta é a primeira vez que uma decisão do STF aplica a nova regra do

foro privilegiado para um ministro de Estado. Além de Maggi, outros quatro ministros do governo Temer são investigados em inquéritos no STF. Os dois inquéritos contra Gilberto Kassab, do PSD (Ciência e Tecnologia), são relatados por Fux, na 1ª Turma.

O inquérito contra Aloysio Nunes, do PSDB (Relações Exteriores), está com o ministro Gilmar Mendes, na 2ª Turma. Os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Minas e Energia), ambos do PMDB, são investigados junto como presidente Temer em um inquérito originado das delações da Odebrecht. O ministro Edson Fachin, da 2ª Turma, é o relator.

Procuradora-geral pede volta à prisão de bandidos soltos por Gilmar Mendes

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou com recursos no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as decisões do ministro Gilmar Mendes, que soltaram o operador do PSDB, Paulo Vieira de Souza, o ex-presidente da Federação do Comércio do Rio de Janeiro, Orlando Diniz, e o doleiro Oswaldo Prado Sanches, um dos presos da operação ‘Câmbio, Desligo’ – desdobramento da Lava Jato no Rio de Janeiro.

Dodge protocolou, na segunda-feira (11), agravo regimental em que pede a Gilmar que restabeleça a prisão preventiva de Paulo Vieira, conhecido como Paulo Preto. O ex-diretor de engenharia da Dersa, estatal paulista que cuida das estradas, é suspeito de intermediar mais de R\$ 170 milhões em propina para caciques tucanos.

Na petição, a PGR questiona a competência do ministro no caso, uma vez que a investigação que corre na Justiça Federal de São Paulo trata da remoção de moradores de áreas onde foram realizadas obras viárias – entre elas o Rodoanel.

Como Paulo Preto é coadjuvante noutro processo, uma ação oriunda

da delação da Odebrecht contra o senador José Serra – que corre no STF porque ele tem foro privilegiado e tem Gilmar Mendes como relator, a defesa do operador do PSDB pediu habeas corpus diretamente ao ministro, alegando conexão entre os dois casos.

Raquel Dodge sustenta que uma investigação não tem nada a ver com a outra. Por isso, o relator deveria ter sido escolhido por sorteio. “Além de forçar a conexão entre fatos distintos e inteiramente autônomos entre si, o paciente [Paulo Preto] pretende usar este argumento para injustificadamente evitar a distribuição aleatória desse pedido de Habeas Corpus”, escreveu.

Com relação a Orlando Diniz, acusado de lavar R\$ 3 milhões em verbas sujas desviadas pela quadrilha do ex-governador fluminense Sérgio Cabral, a procuradora-geral realça que o pedido de liberdade foi negado três vezes: pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio, pelo TRF-2 e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em ambos os casos, Dodge sustenta que as prisões preventivas são

legais e necessárias para manter a ordem pública e garantir o andamento da instrução processual. Segundo a PGR, ao contrário do que alegou Gilmar, “não há, sob qualquer aspecto, como tachar de ilegais, abusivas e muito menos teratológicas as sucessivas decisões. Todas elas se encontram fundamentadas e apoiadas por farto material probatório”.

Sobre Oswaldo Sanches, suspeito de participar de um esquema de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e organização criminosa, a Procuradoria recorreu da decisão do ministro Gilmar Mendes à Segunda Turma do Supremo, formada, além dele, por outros quatro ministros.

Raquel Dodge afirma ser “importante observar que, de acordo com as provas trazidas [...], há elementos que apontam para uma situação de ocultação de recursos em poder dos envolvidos, elemento que reforça a necessidade de se restabelecer a prisão preventiva”. A operação ‘Câmbio, Desligo’ investiga a atuação de doleiros e operadores na movimentação de US\$ 1,6 bilhão em 52 países.

PT inventa visita em nome do Papa a Lula

O Vaticano desmentiu a versão publicada pelo PT nas redes sociais de que o Papa Francisco tenha enviado um rosário ou feito qualquer manifestação a favor de Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso pela Operação Lava Jato a 12 anos e 1 mês por corrupção e lavagem de dinheiro. O Vaticano manifestou-se nesta terça-feira,

12, também pelas redes sociais negando o PT.

Leia o que disse o Vaticano: **PAPA E LULA#VaticanNews se atém ao que disse o advogado #Juan-Grabois: o terço não é um presente do #PapaFrancisco a #Lula. Como tantos outros, é um terço abençoado e distribuído em inúmeras ocasiões. A visita**

era pessoal e não em nome do Papa. @Pontifex pt – Vatican News (@vaticannews pt) 12 de junho de 2018

A visita é pessoal e não representa o Papa Francisco, diz o texto. “Como tantos outros, é um terço abençoado e distribuído em inúmeras ocasiões. A visita era pessoal e não em nome do Papa”, afirma.

STJ nega recurso a Lula para sair da prisão e fazer campanha eleitoral

O ministro Felix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou mais um pedido da defesa de Lula para que fosse atribuído efeito suspensivo ao recurso especial, interposto contra sua condenação no caso do triplex. A intenção da defesa era que o petista aguardasse o julgamento do recurso em liberdade, para participar da campanha

eleitoral deste ano.

A defesa alegou que Lula é pré-candidato a presidente e pode ter seus direitos políticos cerceados em função da proximidade das eleições. Ao decidir o caso, o ministro entendeu que o recurso protocolado não tem o poder de suspender a sentença.

Fischer afirmou que para dar efeito suspensivo

ao recurso seria necessário analisar o caso. Ele argumentou que o exame aprofundado dos argumentos da defesa contra a condenação, neste momento processual, seria uma “verdadeira antecipação” do julgamento de mérito do recurso especial, antes mesmo da admissão de tal recurso. Leia mais em www.horadopovo.org.br

Relatório da PF diz que há evidências suficientes de que Temer obstruiu a Justiça. PF indiciou 16 pessoas no caso

A situação atual do país é, por várias razões, a pior de sua História. Mas esse é um lado da questão.

O outro – ou um outro – é o seguinte: jamais houve uma situação em que o presidente da República fosse um foragido da polícia, que usa o Palácio como esconderijo.

Temer é o primeiro a estar nessa situação – e pela simples razão de que é um fora da lei, a quem somente estatutos quase medievais, como o famigerado “foro privilegiado”, e um Congresso de comparsas, permitem continuar no Palácio, à custa de transformá-lo em um covil.

Dirá a leitora, ciosa de seu país e de seu povo: mas não é isso suficientemente ruim? Não é isso muito mau? Por que isso é um jeito diferente de ver as coisas?

Bem, leitora, a novidade não é que Temer seja um ladrão. Isso todo o meio político sabia – inclusive o PT, quando colocou-o, por duas vezes, na vice-presidência, certamente porque se identificou muito com essa figura bizarra.

A novidade, portanto, é que o ladrão, mesmo ocupando a Presidência da República, está cercado pela polícia, pelo Ministério Público, pela Justiça, e, claro, por todas as demais pessoas do povo. **RELATÓRIO**

Agora mesmo, na quarta-feira, foi revelado o relatório da “Operação Cui Bono?”, da Polícia Federal, enviado na semana passada à 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. Essa operação investigou o esquema de fraudes na Caixa Econômica, na época em que Geddel Vieira Lima foi nomeado por Dilma para uma das vice-presidências da instituição. Diz o relatório:

“... foram verificados indícios suficientes de materialidade e autoria atribuível a Michel Miguel Elias Temer Lulia, Presidente da República, no delito previsto no Artigo 2.º, parágrafo 1º, da lei 12.850/13, por embarçar investigação de infração penal praticada por organização criminosa”.

O Artigo 2º, parágrafo 1º, da lei 12.850/13, é o seguinte:

“Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

“Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.”

Um dos capítulos do relatório – que tem mais de 500 páginas – relata a tentativa de Temer de comprar o silêncio de Eduardo Cunha e Lúcio Funaro, em relação aos fatos investigados.

Temer incorreu em crime “na medida em que incentivou a manutenção de pagamentos ilegítimos a Eduardo Cunha, pelo empresário Joesley Batista, ao tempo em que deixou de comunicar autoridades competentes de suposta corrupção de membros da Magistratura Federal e do Ministério Público Federal que lhe fora narrada pelo mesmo empresário”.

Trata-se do encontro de Temer com Joesley Batista – gravado pelo último – no dia 7 de março, no Palácio do Jaburu, em que o sócio da JBS diz que está pagando a Eduardo Cunha e Lúcio Funaro, para que fiquem calados, e Temer responde: “Tem que manter isso, viu?”.

Posteriormente, Batista, em depoimento, confessou ter pago R\$ 5 milhões a Eduardo Cunha, após sua prisão. Quanto a Fu-

naro, disse Joesley Batista que pagava a ele R\$ 400 mil por mês. Temer sabia, tanto de um quanto de outros pagamentos.

A questão é: o que Temer não queria que Eduardo Cunha e Lúcio Funaro ficassem?

Com certeza, muita coisa, mas a questão que mais preocupava seu assecla Geddel, era o esquema da Caixa. Era Geddel quem, no bando de Temer, estava pressionando Funaro, operador da cúpula do PMDB, inclusive pressionando insistentemente a mulher de Funaro.

No esquema de propinas na Caixa, descreve o relatório da “Operação Cui Bono?”, a PF conseguiu provar que Cunha recebeu R\$ 89 milhões em propinas e Geddel, R\$ 16,9 milhões.

A principal origem das propinas foi a JBS (através da J&F Investimentos), além dos grupos Marfrig, Bertin e Constantino (dono da Gol Linhas Aéreas).

Afirma o relatório: “... Eduardo Cunha se utilizou da sistemática ilícita engendrada por Lúcio Funaro visando a ocultação, dissimulação e distribuição de recursos de origem ilícita para recebimento de vantagens indevidas referentes às negociações ilícitas realizadas para influenciar operações de crédito junto à então vice-presidência de Pessoa Jurídica e a de Fundos de Governo e Loterias.”

A vice-presidência de Fundos de Governo e Loterias da Caixa era ocupada, no governo Dilma, por Fábio Cleto, indicado por Eduardo Cunha.

Em seus depoimentos à PF e ao Ministério Público, Fábio Cleto relatou 12 operações de empréstimo com dinheiro do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), em que ele, Cunha e Funaro receberam propina.

Foi Cleto que, pela primeira vez, mencionou a conexão, na Caixa, com a JBS – uma das propinas referia-se a um empréstimo de R\$ 940 milhões para a Eldorado Brasil, empresa de fabricação de celulose do grupo da JBS.

Quanto à Geddel Vieira Lima, que era vice-presidente de Pessoa Jurídica, a PF confirmou que ele esteve várias vezes no local apontado por Lúcio Funaro, em depoimento, como ponto de entrega das propinas. Era Funaro quem pegava as propinas e depois as entregava.

A PF, em trabalho de rastreamento, identificou que, desse local, conhecido como “bunker do Geddel”, houve várias ligações do celular de Geddel para Eduardo Cunha. As datas – e os horários das ligações – coincidem com os encontros em que Funaro levava a propina.

Temer e Cunha eram os principais membros do grupo – que era (e continua sendo) composto, também, por Moreira Franco, Eliseu Padilha, Rocha Loures e alguns outros.

PROPINA

Lúcio Funaro, em seu depoimento à PF, entregou alguns documentos, mostrando como as propinas da Odebrecht chegavam a Temer.

Além disso, relatou um empréstimo concedido ao grupo Bertin pela Caixa, com dinheiro do FI-FGTS. Disse Funaro:

“O deputado Eduardo Cunha ficou com R\$ 1 milhão; R\$ 2 milhões, R\$ 2 milhões e meio, foram destinados ao presidente Michel Temer; e um valor, acho que R\$ 1 milhão também, R\$ 1 milhão e meio, foi destinado ao deputado Cândido Vaccarezza [líder do PT]”.

Por isso – embora não apenas por isso – Temer estava tão ansioso para que Cunha e Funaro ficassem calados.

CARLOS LOPES

PMDB já cogita abandonar Meirelles

Os peemedebistas já estão avaliando jogar a candidatura de Henrique Meirelles ao mar diante do pífio desempenho do ex-ministro da Fazenda de Temer nas pesquisas.

Não é fácil carregar nas costas o peso da impopularidade recorde do governo de Michel Temer e do desastre econômico. Meirelles dizia que o principal motor da sua candidatura seria a “sensação” de bem-estar social e econômico.

Segundo o senador Fernando Bezerra (PMDB-MDB-PE), “a piora do quadro econômico compromete toda a linha de argumentação de campanha”. “A pesquisa joga uma ducha de água fria nos argumentos que ele vinha construindo para sustentar sua campanha, que se baseavam

na melhora da economia”. Também em Pernambuco, o deputado Jarbas Vasconcelos já anunciou que não embarca na candidatura governista e vai apoiar Geraldo Alckmin (PSDB). Outros desembarques são esperados em breve.

O vice-líder do governo na Câmara, Beto Mansur (MDB-SP), diz que a candidatura de Meirelles está empacada. “Há um mal-estar com a política, e a percepção sobre o presidente Temer, sobre o governo, recrudescer muito em função de tudo isso que aconteceu com a greve dos caminhoneiros”, declarou Mansur.

Segundo pesquisa da Datafolha, 72% dos brasileiros dizem que a situação econômica do país piorou, ao contrário da “sensação” de bem-estar que Meirelles preconizava.

ANS defende aumentos abusivos nos planos de saúde individuais

Após decisão judicial que limitou aumento, agência saiu em defesa das operadoras. Nos últimos 14 anos, todos os aumentos foram acima da inflação

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) defendeu, nesta quarta-feira (13), o aumento abusivo nos planos de saúde individuais e familiares em 2018, revogado por medida liminar da 22ª Vara Cível Federal de São Paulo, na terça-feira (12).

Na segunda-feira (11) a Agência definiu em 10% o reajuste dos planos individuais e familiares. Então a Justiça Federal de São Paulo atendeu um pedido do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e fixou em 5,72% o limite máximo para o aumento dos planos.

Com a decisão da 22ª Vara Cível Federal de São Paulo a ANS informou que irá tomar “todas as medidas cabíveis em defesa da prevalência das deliberações técnicas feitas pela reguladora”.

O juiz José Henrique Prescende decidiu que a ANS não pode autorizar neste ano, para este tipo de plano, em todo o país, reajuste maior que 5,72%. Esse valor corresponde à inflação oficial do setor de saúde e cuidados pessoais divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para um período de 12 meses, entre maio de 2017 e abril de 2018. Já a inflação geral do Brasil neste mesmo período é de 2,76%.

Na decisão, o juiz disse que a criação da ANS gerou a expectativa de que não haveria aumentos abusivos nos planos de saúde, mas, segundo ele, a agência “não está realizando de forma satisfatória a defesa dos interesses dos consumidores, uma vez que nos últimos anos vem autorizando reajustes muito acima da inflação”.

José Henrique Prescende afirmou que os aumentos dos planos no patamar que têm sido feitos pela ANS podem inviabilizar seu custeio porque “não se conhece qualquer categoria econômica que tenha obtido reajustes salariais em patamar sequer próximo aos reajustes autorizados”.

O Idec denuncia, tendo como base relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que há distorções, abusividade e falta de transparência na metodologia usada pela ANS para calcular o percentual máximo de reajuste dos planos individuais.

A ANS autorizou o reajuste baseado na média ponderada com os planos coletivos com mais de 30 vidas. Ou seja, a ANS trabalha para aumentar o lucro das operadoras, porque não há necessidade alguma de se criar uma média ponderada entre os planos, a não ser elevar os preços

Sistema de Segurança foi feito na pressa, disse Paulo Câmara

O governador de Pernambuco Paulo Câmara (PSB) declarou que o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), sancionado pelo presidente Michel Temer (PMDB), nesta segunda-feira (11), foi feito “na pressa”.

“Foi feito na pressa, a partir de uma situação pontual no Rio de Janeiro”, declarou o governador pernambucano. Para Paulo Câmara, é preciso que haja uma coordenação nacional, mas “poderia ser melhor feito”. “[O Susp] não passou pela discussão necessária. Agora é correr atrás do atraso”, afirmou.

A declaração do governador ocorreu após a entrega de 280 novas motos para a polícia do estado. Segundo ele, os secretários de segurança vão a Brasília para delinear as ações conjuntas sobre o plano.

CRÍTICAS

Chamado por alguns de SUS da Segurança Pública, a lei que cria o Susp pretende integrar as ações entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e os órgãos de segurança tem sido considerada insuficiente pela ausência de um plano prático, segundo especialistas.

“Um projeto de transformação estrutural se converteu em uma enorme ilusão, um discurso genéri-

dos dois módulos.

Segundo o Idec, os problemas nessa metodologia atingem diretamente 9,1 milhões de beneficiários de planos individuais, do total de 47,4 milhões de consumidores de planos de assistência médica no Brasil. Em 2015, 2016 e 2017, os reajustes permitidos pela agência superaram 13% em cada ano.

Ainda segundo o Idec os custos que os planos têm devido às atualizações do rol de procedimentos, ou seja, as despesas relacionadas ao aumento de coberturas, como novos exames, tratamentos e procedimentos, estariam sendo computados em dobro desde 2009.

Essa distorção teria ocorrido porque, ao calcular o percentual de reajuste dos planos individuais, a ANS desconsiderou que tal impacto já era incorporado pelas operadoras quando essas calculam os reajustes que aplicam nos planos coletivos, que por sua vez servem de base para a ANS aumentar os individuais.

Com a aprovação do aumento de 5,72% ou de 10% nos planos individuais e familiares, chegaremos à marca do 14º ano consecutivo em que o aumento superará a inflação anual. Desde 2004, o limite de reajustes dos planos individuais e familiares aprovado pela ANS superou a inflação oficial medida pela IPCA.

De 2000 a 2017, os reajustes aprovados pela ANS para os planos individuais e familiares acumulam variação de 374,08%. No mesmo período, a inflação acumulada é de 220,0%.

PLANOS COLETIVOS

Segundo a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) apenas no último ano, os aumentos dos planos coletivos chegaram ao patamar de 40%. Ainda de acordo com a entidade 75% dos reajustes praticados pelos planos de saúde coletivos são abusivos e 56% dos consumidores que recorreram à justiça foram ressarcidos por pagamento indevido.

Atualmente no Brasil 38,3 milhões de pessoas usam a modalidade de planos coletivos para assistência à saúde.

Para o professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e conselheiro do Instituto de Defesa do Consumidor, Mário Scheffer é um problema grave não haver regulação nos preços praticados pelas operadoras de planos de saúde coletivos. “Hoje usuários estão totalmente desprotegidos quando se trata de reajuste, seja de planos coletivos ou planos por adesão”, avaliou.

co de boas intenções. Algumas discutíveis, outras são sugestões. Uma vez posta em prática efetivamente, produziria uma série de ações por inconstitucionalidade em cadeia”, pontua o ex-secretário Nacional da Segurança Pública, o antropólogo Luiz Eduardo Soares.

“Como não muda a Constituição, cada ente da segurança pode questionar que sua autonomia está sendo desrespeitada. O Susp é um puxadinho legal, não abre a caixa de pandora, caixa de ferramentas para redefinir a arquitetura da segurança”, explicou.

O coronel da reserva da PM paulista Adilson Paes de Souza é mais cético quando aos resultados com o Susp. “Do jeito que está colocado e será implantado, não vai dar resultado prático. É uma nova versão do que já foi tentado pelo FHC, pelo Lula e não deu certo. Notícia velha, requentada. Uma lei aprovada a toque de caixa em dois meses, com um relator da Bancada da Bala e sem plano elaborado”, critica. “Não se quebra a cultura das várias corporações da segurança, que não confiam e não conversam uma com a outra. Hoje, o crime é mais organizado do que quem tenta combatê-lo”, apontou.



Não passou pela discussão necessária, disse o governador



75% dos reajustes praticados pelos planos de saúde empresariais são abusivos

50% da propina do DER-RJ foi para Cabral, apontou delator

Carlos Miranda, operador financeiro da quadrilha chefiada pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), detalhou como funcionava a distribuição de propinas durante depoimento à Justiça nesta terça-feira (12).

Ele foi ouvido como testemunha na operação C’est Fini, que investiga a distribuição de propina do Departamento de Estradas e Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ) ao ex-governador, que ficava com 50% da propina.

Durante o depoimento na presença do juiz Marcelo Bretas, na 7ª Vara de Justiça Federal, o delator afirmou que na partilha das propinas, o ex-presidente do DER-RJ no governo Cabral, Henrique Alberto Santos Ribeiro, também tinha direito a 50% do valor das propinas. Tendo angariado, assim como Cabral, R\$ 17,5 milhões.

Carlos Miranda, disse ainda que costumava receber a propina a cada 40 ou 45 dias, de acordo com os pagamentos do Estado feito às empresas. As empreiteiras pagavam propina para garantir obras prestadas para o DER. O dinheiro era repassado pelo departamento para os integrantes do esquema criminoso.

“A propina era arrecadada de acordo com pagamentos feitos pelo estado para a empresa. Foi regularmente ao longo do governo Sérgio Cabral, com valores variados de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil”, disse o delator.

Henrique Alberto também foi preso na operação, ele era responsável por recolher as vantagens indevidas untos às empreiteiras e repassava para os agentes públicos envolvidos.

Ainda segundo Miranda, o ex-governador e o ex-secretário de governo Wilson Carlos o informa-

ram que havia um acordo para recolher propina do órgão, que chegaria a Cabral através de Lineu Castilho Martins, apontado como operador do ex-presidente do DER-RJ. Os repasses começaram a ser entregues a Miranda do meio para o final de 2007. No esquema, Lineu era chamado pelos codinomes de Boris e Russo.

Também deveriam ter sido ouvidos nesta terça-feira o delator Marcos Andrade Barbosa Silva, da União Norte Engenharia, o ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Jonas Lopes Carvalho Júnior e seu filho Jonas Lopes Carvalho Neto. Porém, o depoimento dos mesmos foi adiado a pedido da defesa de um dos réus. O juiz Marcelo Bretas aceitou o pedido de adiamento após analisar umas das peças do processo que foi incluída horas antes da audiência.

Secretário de Paes confessa ter recebido propina de R\$ 600 mil



Alexandre Pinto e o então prefeito Eduardo Paes

verdade. Por isso, estou falando a verdade para a Justiça. É um momento difícil que toda pessoa passa. Não me sinto injustiçado. Estou aqui para confessar os meus erros”, disse o engenheiro civil ao juiz Marcelo Bretas. Após ser preso e ter confessado o crime, Pinto diz que deve perdão para a sociedade e que agiu em um “momento de fraqueza”.

E esperado que, nos próximos depoimentos, o ex-secretário de Paes entre em mais detalhes sobre como obteve dinheiro ilícito na Prefeitura do Rio.

Além do crime de lavagem de dinheiro, o ex-secretário Pin-

to, que está preso, também é acusado pelo MPF de participar de um suposto esquema de desvio de R\$ 36 milhões das obras municipais da Transcarioca e de Recuperação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá.

O MPF afirma que parte dos recursos obtidos pelo ex-secretário foi transferido para o exterior de uma forma bem sofisticada, através de empresas offshore operadas por terceiros. Um delator do esquema informou que o ex-secretário tem mais de R\$ 6 milhões em contas no exterior, valor que será objeto de restituição à Justiça Federal.

Governo põe em risco o setor cultural, diz ministro

O ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, criticou o corte da participação do Fundo Nacional de Cultura na receita das loterias federais, promovido pelo governo Temer através da Medida Provisória 841. Segundo os dados do ministro, o percentual, que era de 3% poderá cair a partir de 2019 para 1% e 0,5%.

“Trata-se de uma decisão equivocada, que não tem o apoio do Ministério da Cultura”, diz o ministro, em nota divulgada à imprensa. “Reduzir os recursos da política cultural é, na verdade,

um incentivo à criminalidade, não o oposto. Mais cultura significa menos violência e mais desenvolvimento.”

O ministro reconhece a importância do investimento em segurança pública “neste momento crítico que o país vive”. Porém ele ressaltou que o “combate à violência urbana, porém, não deve se dar em detrimento da cultura”.

“As atividades culturais e criativas representam atualmente 2,64% do PIB geram um milhão de empregos formais, reúnem 200 mil empresas e instituições e cresceram entre 2012 e 2016 a uma taxa média

anual de 9,1%, apesar da recessão.”

O dinheiro das loterias tem sido fundamental para viabilizar as iniciativas do Comitê Olímpico do Brasil (COB), do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), do Ministério e do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), além de várias outras atividades culturais. O governo afirmou, ao lançar o Fundo Nacional de Segurança Pública, que projetos sociais seriam mantidos, mas a versão é contestada por organizações que lidam com o tema.

TJ-PA nega recurso e mantém impedimento de atuação da Hydro

Em decisão unânime, os desembargadores da Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Pará, negaram o pedido da mineradora Hydro Alunorte, de propriedade da norueguesa Norsk Hydro, de retomar totalmente suas atividades, que estão 50% paralisadas desde fevereiro. Depois da denúncia dos moradores de Barcarena/PA, a empresa está respondendo processo pelo transbordamento e vazamento de sua bacia de rejeitos.

A mineradora pedia a cassação da decisão do juiz de Barcarena, alegando falta de fundamentação para a decisão; cerceamento de defesa e a desnecessidade da investigação penal, já que o fato está sendo investigado pelos órgãos ambientais; e violação do princípio da legalidade.

Em seu voto, o desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, relator do mandado de segurança, afirmou que “a medida cautelar está legalmente prevista e o que ocorreu foi a suspensão parcial das atividades da empresa Norsk Hydro Alunorte”. Ele ainda sublinhou o artigo 319 do Código de Processo Penal que prevê a “suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais”.

Sobre a desnecessidade da investigação penal, Gondim esclareceu que “as esferas penal, cível e administrativa são independentes e não criam óbices uma para a outra de apurar um fato dentro de suas atribuições legais; por isso, ainda que a infração esteja sendo apurada pelo Ibama, Semas e MP, não afasta a persecução criminal para o reconhecimento de uma responsabilidade penal”.

Ainda segundo o relator, a decisão da Justiça “não se despreza que a suspensão parcial das atividades da Norsk Hydro Alunorte resulta em seu prejuízo financeiro tanto quanto tais atividades eventualmente também resultariam em dano ao meio ambiente e à comunidade da área. É preciso ter discernimento e medir a quem causaria maior dano e com caráter irreparável”.

“A exploração do negócio devida em razão dos atos administrativos e contratos firmados pelo conglomerado empresarial se neutraliza diante do direito líquido e certo indiscutível do bem jurídico maior, que é a vida tanto do meio ambiente quanto para a comunidade”, disse Leonam.

E concluiu, “para minimizar o dano, a medida cautelar deve ser mantida. É preciso que se esclareça que as atividades da empresa não foram encerradas, mas apenas uma parte de suas atividades foram suspensas com os efeitos dela decorrentes, não havendo com isso violação ao seu direito líquido e certo de explorar seu negócio, desde que não prejudique direito alheio”. Seu voto foi acompanhado pelos demais julgadores.

“Esterilização compulsória” é repudiada pelo conselho do serviço social de SP

O Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS) repudiou a decisão do juiz Djalma Moreira Gomes Junior, que condenou em outubro de 2017, o município de Mococa-SP a realizar o procedimento de esterilização compulsória de Janaína Aparecida Quirino, uma moradora de situação de rua, assim que houvesse o parto da criança que ela aguardava.

O Conselho manifestou, “total repúdio à postura do Ministério Público [que moveu a ação] e à decisão judicial da primeira instância da comarca de Mococa-SP de obrigar a saúde pública do município a proceder, com escandalosa violação dos direitos das mulheres, uma ‘esterilização compulsória’ contra a cidadã de nome Janaína Aparecida Quirino, mediante procedimento de laqueadura sem consentimento da mesma”.

Em sua decisão, o promotor argumenta que a situação social e econômica da requerida justificaria uma ação da promotoria. O que não é verdade, não é função da Justiça legislar sobre a esterilização de pessoas.

Como lembrou Paula Machado Souza, coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria de São Paulo, em nota, “qualquer pedido de esterilização involuntária, tal como feito na proposição da ação, contraria frontalmente o artigo 2º, parágrafo único, e artigo 12 da Lei 9263/1996, que proíbem a realização dos procedimentos previstos na Lei de Planejamento Familiar com a finalidade de exercer controle demográfico, bem como é vedada a indução individual ou coletiva à prática da esterilização cirúrgica”.

A decisão em primeira instância se deu ainda sem direito de defesa de Janaína, não há a presença de um advogado ou defensor público nos autos. Menos de um mês após o pedido do MP, o juiz Djalma Moreira Gomes Junior, da 2ª Vara da Comarca de Mococa, acolheu o pedido em liminar.

Quando o caso foi julgado pela segunda instância, o relator do acórdão Paulo Dimas Mascaretti afirmou que na Justiça brasileira não se pode admitir a “esterilização compulsória”, uma vez que se trata de “procedimento médico invasivo, que lesa a integridade física de forma irreversível”. Mas a laqueadura já tinha sido feita em Janaína.

Os desembargadores então encaminharam os autos do processo à Corregedoria Geral da Justiça e à Corregedoria Geral do Ministério Público para que sejam averiguadas as condutas do promotor e do juiz.

Fotos: CBF



Seleção que venceu a Áustria por 3 a 0 Brasil: tudo pronto para a primeira batalha na Rússia

Após a contundente vitória em cima da Áustria, a Seleção Brasileira se prepara agora para a sua partida inicial da Copa do Mundo contra a Suíça.

Neste próximo domingo, o técnico Tite deverá repetir a escalação do time que goleou a Áustria, último amistoso antes da Copa, por 3 a 0. A partida começará às 15 horas no horário de Brasília.

O jogo deve ser iniciado com Alisson no gol. Nas laterais, Danilo (dir) e Marcelo (esq). Thiago Silva e Miranda na zaga. No meio, Casemiro e Paulinho atuam como volante e se juntam a Willian e Philippe Coutinho, meia-atacantes. Na frente, Neymar e Gabriel Jesus, compõe o ataque.

A expectativa em torno da estreia é grande e não há como não lembrar a última partida da seleção brasileira na Copa de 2014, naquele fatídico dia 8 de julho. Paulinho, homem de confiança de Tite, afirma que o time está mais maduro e tranquilo que em 2014. “É claro que chega com uma confiança maior. Não estamos aqui para comparar, já passou. Mas alguns pontos fazem com que a Seleção esteja mais preparada. Em quatro anos, você aprende muita coisa. A Seleção passou por uma evolução grande e vamos aproveitar o momento”, disse em entrevista coletiva.

A evolução retratada por Paulinho fica evidente ao analisar os números de Tite à frente do time. O técnico acumula uma campanha de 17 vitórias, três empates e uma derrota, com 47 gols marcados e apenas cinco sofridos.

“O que fiz nesses quatro anos foi deixar o passado de lado e agora, com meus companheiros, tenho uma nova chance de fazer melhor. A vida é assim: perdemos e agora temos outra oportunidade. O futebol é bom porque rapidamente dá a chance de reverter”, declarou Paulinho.

CANARINHO PISTOLA

Nem Neymar, nem Tite. A grande novidade em 2018 é o mascote da Seleção Brasileira. O Canarinho, que foi apelidado pelo povo de “Canarinho Pistola” se tornou a sensação das redes sociais nos últimos dias.

A mascote, com cara de irritado, representa bem o espírito dos brasileiros. Irreverente e com talento nos pés, Pistola diverte a todos por onde passa, de crianças amedrontadas por seu enorme bico laranja a craques como Neymar e Philippe Coutinho.

Por questões comerciais, a FIFA impediu a participação do Canarinho nos jogos oficiais da Seleção. Entretanto, isso não o impediu de ir para a Rússia e estar com a delegação brasileira.

Técnico da Espanha é demitido

A Federação Espanhola de Futebol (RFEF) anunciou nesta quarta-feira (13) que Julen Lopetegui foi demitido de forma imediata e não comandará a seleção na Copa do Mundo. A decisão foi tomada a dois dias da estreia do país, na sexta, contra Portugal, e é uma resposta à decisão do treinador em comandar o Real Madrid após o Mundial, anunciada na terça-feira.

O ex-jogador Fernando Hierro assume como técnico dos espanhóis na Rússia. “Não me sinto traído. Lopetegui, enquanto esteve conosco, fez um trabalho impecável. A outra coisa é como ele fez isso, sem conhecimento da federação”, disse o presidente da federação, Luis Rubiales, em entrevista nesta quarta-feira em Krasnodar, cidade russa em que a seleção está concentrada.



A sensação da Copa, Canarinho Pistola

Metroviários de BH obtêm 3,98% de reajuste salarial

Após greve, os trabalhadores metroviários de Belo Horizonte conseguiram um reajuste salarial de 3,98%. A decisão foi tomada em dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho, na última segunda-feira (11), e diz respeito a outras empresas estatais nas quais os acordos coletivos estavam paralisados, como a Embraer, Valec e Codevasf.

Os funcionários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) iniciaram a greve no dia 29 de maio. No dia 1 de junho, a greve foi suspensa por conta da data do dissídio coletivo ter sido acertada.

carta de esclarecimento à população, os trabalhadores do metrô explicam que a última reposição salarial, ocorrida em 2017, foi de 1,81%, a menor dos últimos 24 anos. Porém, suas perdas salariais, com o passar dos anos e com a falta de reajustes, atinge 9,59%. Em nota, o Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte (Sindimetro-BH) comemora a vitória. “O resultado foi uma vitória da categoria metroferroviária, mas particularmente dos companheiros e companheiras da STU-BH (Superintendência de Trens Urbanos-BH) que se mobilizaram e realizaram uma belíssima greve! O Sindimetro-BH tem orgulho de representá-los!”, afirma o sindicato.

Caminhoneiros: ‘agronegócio está travando acordo do frete’

Gazeta do Povo



Tabela do frete e redução do diesel eram reivindicações dos caminhoneiros



Fabiano Rocha

Greve paralisou o transporte na cidade na última segunda-feira, 11

Após greve, rodoviários do Rio conquistam 7% de reajuste e vão à Justiça contra dupla função

Na última terça-feira, 12, motoristas e cobradores do Rio de Janeiro realizaram uma assembleia geral da categoria na sede do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus do Rio de Janeiro e (Sintraturb-RJ) e decidiram suspender a greve iniciada na segunda-feira, 11.

O Sintraturb já havia decidido voltar ao trabalho na noite de segunda, a partir da manhã seguinte, em virtude da reunião entre representantes dos rodoviários e das empresas de ônibus, realizada quando a greve foi deflagrada. Eles conquistaram 7% de reajuste salarial, além de aumento do valor das cestas básicas de R\$ 200 para R\$ 300.

O estado de greve, no entanto, permanece na

categoria devido ao impasse frente à dupla-função desempenhada pelos motoristas dos coletivos. Além de dirigir, eles também cobram a passagem dos usuários. Segundo o presidente do Sintraturb, Sebastião José, o acordo firmado com os empresários na segunda-feira não resolveu essa questão, e o Sindicato irá entrar na justiça para garantir o fim da dupla-função.

Sebastião também disse que a categoria deu um prazo de 24 horas para que o prefeito Marcelo Crivella se manifeste sobre a questão, cobrando que regulamente a lei que prevê a contratação de cobradores nos ônibus com roletas. Em nota, a prefeitura alegou que a regulamentação pedida não pode ser feita porque

existe restrição de liminar concedida pela 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em 9 de maio passado, determinando que “o Poder Executivo municipal deve se abster de punir as empresas que obrigarem o motorista a também fazer a função de trocador”.

Até a semana passada empresas de ônibus haviam acenado com reajuste de apenas 4%, sendo 2% este mês e mais 2% em novembro. Com a greve, que paralisou cerca de 11 mil rodoviários - de 23 mil que atuam no município -, tendo cinco empresas ficado com as atividades totalmente interrompidas, a proposta melhorou sensivelmente. O reajuste de 7% será dividido em duas parcelas: 3,5% em junho e 3,5% em novembro.

Marchezan desenterra pacote de arrocho e servidores de Porto Alegre aprovam greve

Os servidores públicos municipais de Porto Alegre (RS) darão início, na próxima segunda-feira (18), a uma greve contra um pacote de Projetos de Lei (PL's) que retira direitos da categoria. Por conta dos mesmos PL's, no ano passado os municipais realizaram a maior greve de sua história, que durou 40 dias e garantiu a sua retirada provisória.

Agora, o prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) voltou a apresentá-los. Dos 16 PL's, nove afetam diretamente a carreira dos servidores ou a suas aposentadorias. Entre os mais rechaçados pelos trabalhadores estão a retirada da pensão vitalícia de viúvos e viúvas de servidores e a alteração das regras de aposentadoria e a criação de um regime de previdência complementar (PLCE 07/18), ao estilo Michel Temer e sua reforma da Previdência.

De acordo com Alberto Terres, dirigente do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), os trabalhadores levaram

até onde puderam seus esforços de dialogar com o prefeito tucano. “A greve é a última ferramenta para o trabalhador garantir seu direito. Nós estamos tentando, desde o início do governo Marchezan, um diálogo e infelizmente não conseguimos”, disse.

Além disso, os servidores municipais reivindicam que haja reajuste salarial. Com alguns anos sem reposição e em outros com reajuste inferior à inflação, a categoria têm visto seu salário desvalorizar. “Agora, na assembleia, chegou um ofício do prefeito dizendo que, novamente, em 2018, não teremos a reposição da inflação e nenhum reajuste. Nós já estamos com déficit de, no mínimo, 10% nos últimos dois anos na nossa folha de pagamento. Não tem como a categoria ficar quieta”, afirmou Alberto.

“Se os projetos forem aprovados, acaba não só com a carreira dos servidores, mas com a vida dos servidores. Nós temos um plano de carreira, em cima dele, os servidores assu-

mem seus compromissos, compram casas, apartamentos, financiados e agora terão seus salários cortados e vão ficar endividados. E sobre isso que estamos tentando convencer não só o prefeito, mas os vereadores, para votarem contrários a esse projeto que acaba com a carreira pública”, explica o sindicalista.

Mesmo sem a greve ter efetivamente começado, Marchezan já se intimidou e pediu para que os Projetos que mexem mais diretamente na carreira dos servidores não fossem votados na segunda-feira (18), dia que a greve terá início. Nesta data serão votados apenas os Projetos que versam sobre arrecadação de impostos e Fundos Municipais.

Além da mobilização da categoria, o SIMPA vem tendo conversas com os vereadores da capital gaúcha, na tentativa de convencê-los de que votar a favor dos Projetos de Lei de Marchezan é votar contra a vontade e os interesses dos trabalhadores.

Entidades dos caminhoneiros negociam acordo sobre preços mínimo com governo

Desde o fim da greve dos caminhoneiros que paralisou o país, as entidades representantes da categoria estão negociando junto ao governo a definição sobre a tabela de frete, uma das principais reivindicações do movimento.

A primeira resolução na negociação ocorreu ainda no dia 30 de maio, quando a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou a primeira tabela, apresentando os preços mínimos referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes, por eixo carregado, e que seriam válidos até válidos até 20 de janeiro de 2019.

Após a divulgação, iniciou a pressão de setores da indústria, principalmente o agropecuário e inclusive do próprio governo, para derrubar a tabela. Os argumentos apresentados pelo próprio ministro da agricultura, Blairo Maggi, que é produtor rural, é que a tabela aumentaria em 56% os custos do setor.

Diante da pressão, o governo, através da ANTT, revogou a tabela e publicou uma nova, no dia 7 de junho, com valores, 20% mais baixos em média, não contemplando assim a reivindicação dos caminhoneiros que pressionaram o governo. Com isso, a segunda tabela também foi revogada, voltando a valer a primeira tabela, ao mesmo tempo em que foi mantida a negociação até que a chegada de um acordo.

Nesta terça-feira, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, o líder caminhoneiro Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac) de Ijuí (RS), afirmou que a categoria busca apenas a fixação de preços mínimos para conseguir cobrir os custos do transporte.

“Não é um tabelamento de frete, é um piso mínimo de frete para que consiga cobrir os custos”. “Essa situação veio da ausência do pão na mesa, da impossibilidade de dar o sustento para a família, da dificuldade de dar manutenção para o caminhoneiro. (...) Do pão inteiro, querem dar a migalha. E aí chegou no limite extremo de o país parar. (...) Inconstitucional é a fome, é não dar garantia de sobrevivência dos seus”, afirmou, respondendo ao argumento de que a tabela seria inconstitucional.

Segundo ele, o impasse sobre o tabelamento do frete é em relação apenas ao agronegócio. Outros

setores já teriam chegado a um acordo. “É exploração demasiada de uma categoria sobre a outra”, afirmou.

Antes do fim de qualquer negociação, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) entrou, na terça-feira (12), com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a tabela de fretes publicada pelo governo federal na semana passada.

Além da CNA, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) também afirmam que entrarão na justiça argumentando que a tabela fere a “livre concorrência”.

No entanto, também na terça-feira, as entidades representantes dos caminhoneiros - a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) e Federação dos Caminhoneiros Autônomos (Fecam) - apresentaram uma nova proposta de tabela intermediária de fretes. A proposta ainda não foi divulgada e segue em análise pelo governo.

Na avaliação de Litti, “essa situação lamentável foi criada por conta da ganância daqueles que detém o PIB”, acrescentou.

Entre as entidades que entraram na Justiça está a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, que representa multinacionais do agronegócio como Bunge, Cargill e Archer Daniels Midland (ADM). Estas multinacionais monopolizam a produção e o escoamento de grãos e cereais, sementes e fertilizantes, entre outros produtos, no Brasil e no mundo.

Nos 12 meses do ano passado, em comparação ao mesmo período de 2016, o agronegócio aumentou o volume de exportação em 14,5%, fechando o ano com um faturamento de US\$ 96 bilhões, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP.

A greve dos caminhoneiros mobilizou todo o país no último mês de maio em repúdio aos preços abusivos do combustível, que registrou uma série de aumentos nos últimos anos. Com a mobilização, a categoria garantiu a redução do preço do diesel em R\$ 0,46/litro, ainda que o governo esteja tentando dar o calote ao afirmar que a redução “não seria imediata”. Agora, o movimento está em alerta para garantir o preço mínimo do frete, reivindicação também antiga da categoria e conquistada com o movimento.

USP: em greve, professores e funcionários fazem protesto

Nesta quarta-feira (13), os professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes da Universidade de São Paulo (USP) realizaram um “trancão” no portão 1 da Cidade Universitária, na capital paulista. Os professores e estudantes deram início à greve no dia 29 de maio, enquanto os trabalhadores aderiram posteriormente.

O “trancão” teve início pela manhã, cerca de 6 horas da manhã, e andou até a Avenida Vital Brasil, onde foi finalizado quatro horas depois. Desde o começo das mobilizações neste ano dentro da Universidade, é a primeira vez que as categorias ocupam as ruas dos arredores para alertar os moradores da região oeste de São Paulo sobre os riscos que correm caso o Hospital Universitário

(HU) seja fechado e com o sucateamento da USP.

As greves foram deflagradas na tentativa de que os salários dos funcionários da USP voltassem a ser valorizados. Desde 2015, devido ao arrocho salarial, as perdas salariais foram de 12,66%. Nesse cenário, o reitor Vahan Agopyan propôs, e seus colegas do Conselho Universitário aprovaram, sem que uma negociação honesta acontecesse, que o reajuste fosse de apenas 1,5%.

Não somente pelo reajuste salarial negociado lutam os professores, estudantes e trabalhadores da USP. As três categorias já se posicionaram contra o fechamento ou desvinculação do HU, por mais auxílio de permanência estudantil e por contratações de professores em regime de exclusividade.

ONU condena Israel pelo morticínio na Faixa de Gaza

A Assembleia Geral da ONU condenou o Estado de Israel, na quarta-feira, pelo “uso excessivo de força contra civis palestinos” e solicitou ao secretário-geral, Antonio Guterres, a formação de “um mecanismo internacional de proteção aos palestinos”.

A resolução - apresentada pela Argélia e Turquia - como apoio da representação palestina na ONU, uma resolução similar à que foi vetada pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança em meio a um massacre planejado que já tirou a vida de 128 pessoas e feriu 13.000 – foi aprovada com 120 votos a favor e oito contra, mais 45 abstenções.

O criminoso massacre foi perpetrado por Israel como reação à Grande Marcha do Retorno convocada por diversas organizações palestinas. A marcha que teve início no dia 30 março e atingiu o auge no dia da implantação de Israel, 14 de maio, consistia em milhares de palestinos que sobrevivem na Faixa de Gaza em meio a um boqueio que deixa grande parte da população sem água limpa e com condições extremamente precárias de sobrevivência.

Com o cinismo típico dos colonialistas, a representante norte-americana, Nick Haley, voltou a repetir o surrado bordão de que os crimes seriam perdoados pois “Israel tem o direito de se defender”.

O chefe de assaltantes de terras palestinas, Danny Danon, que o Brasil rejeitou como embaixador indicado por Israel e que foi premiado com a representação do regime na ONU, disse aos países que rechaçaram o morticínio, votando a favor da resolução, que “ao suportarem esta resolução vocês estão coonestando com uma organização terrorista, estão fortalecendo o Hamas”, como se coubesse ao ocupante determinar ao ocupado, ao oprimido a forma de resistir à opressão.

Os Estados Unidos, que fez do gueto israelense sua base militar atômica no Oriente Médio, só conseguiu arrebanhar para votar contra a justa resolução, que condena o crime, além da submissa Austrália e do diminuto Togo, algumas ilhotas que lhe são dependentes: Ilhas Marshall, Micronésia, Nauru, Ilhas Solomão.

O Brasil votou com a maioria contra o “uso excessivo da força” por Israel.

Agricultores franceses bloqueiam a entrada de refinarias da Total contra importação de óleo vegetal

O principal sindicato dos agricultores franceses, a Federação Nacional dos Sindicatos de Agricultores (FNSEA), anunciou a continuação dos bloqueios das refinarias e depósitos de combustível da Total. O protesto reivindica o fim da permissão dada pelo governo a massiva importação de palma para produção de biocombustíveis.

“Nós trabalhamos muito, mas não conseguimos o suficiente”, afirmou Christiane Lambert, uma das lideranças a frente dos protestos e dirigente da FNSEA, após se reunir com o ministro da Agricultura, Stéphane Travert.

Em resposta a uma Proposta da Total, Lambert afirmou que a oferta dos agricultores é muito superior a reserva de 50 mil toneladas de sementes de colza (similar à canola) francesa, e reiterou que o preço das sementes precisa se basear nos

custos dos produtores, e não nos preços da palma, como deseja a Total. Dessa forma, ao impedir a importação de sementes de palma os agricultores buscam proteger o valor das sementes oleaginosas nacionais.

O bloqueio às refinarias teve início no domingo, e estava previsto para durar três dias caso fosse alcançado um acordo com o governo. Como resultado, de acordo com a Total, na terça-feira, 3,5% dos postos de gasolina na França estava sem combustível.

Ao todo, foram paralisadas 18 refinarias e depósitos de combustíveis. “Há algumas dificuldades para o abastecimento de postos de gasolina, particularmente em Paris e na região de Ilha da França”, afirmou um porta-voz da Total, pedindo que os consumidores não entrem em pânico em busca de combustível, o que poderia acelerar a escassez de combustível.

Obrador: “México pode crescer sem o Nafta”

“O fim do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) não pode ser fatal aos mexicanos, nosso país tem muitos recursos naturais, muita riqueza”, afirmou o candidato a presidência do México, Manuel López Obrador, durante o último debate, terça-feira (12), na cidade de Mérida, antes das eleições do presidenciais do 1º de julho.

Ao discorrer sobre a possibilidade da não renegociação para a continuação do Nafta, Obrador afirmou que é possível redirecionar a economia para o mercado interno, bem como ressuscitar a economia rural. O candidato lidera as pesquisas presidenciais do país, e durante todo o debate manteve a calma diante dos ataques de seus rivais.

O Nafta, que iguala as condições de comércio entre economias diferentes, acaba privilegiando os EUA, por sua economia mais desenvolvida e com mais condições de financiamento de seus produtos para exportação.

Apesar disso, alguns setores empresariais norte-americanos, a exemplo da produção de aço dizem prejudicados pelas importações. Isso tem levado o atual presidente, Donald Trump, a

modificar as tarifas sobre importação de aço e alumínio. Ou seja, a ‘liberdade de comércio’ só é justa quando serve para tirar proveito das relações com os outros países, quando são os demais países que tiram algum proveito, mínimo que seja, aí o jogo não vale mais).

Obrador tem reiterado sua política industrializante com base na riqueza nacional representada pelo petróleo, e assumiu o compromisso de que até o terceiro ano de seu governo, o México terá nacionalizado a produção de gasolina, não mais importando combustível do estrangeiro. Para isso reabilitará as seis refinarias existentes no país, bem como construirá outras duas. Ele também disse que colocará um fim nas vendas de petróleo cru para o estrangeiro, internalizando todo o processo de refino.

Além dos grandes projetos ligados ao petróleo, o candidato tem condenado e denunciado a corrupção do atual governo de Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional.

Mas Obrador deixou a porta aberta ao “investimento” estrangeiro em outros setores da economia que não o de derivados de petróleo.

Nicarágua: tem início em León greve nacional contra repressão de Ortega



Cidade de León com mercado vazio e sem circulação de veículos já na véspera da paralisação nacional: rejeição à violência que ceifou uma vida no dia 13

Para comandante Mónica Baltodano, governo renega a herança de Sandino

“A reforma da Previdência foi a faísca que acendeu a mecha do coquetel molotov, lançado sobre uma paisagem que já vinha ressecando há anos”, afirmou Mónica Baltodano, guerrilheira, política e revolucionária nicaraguense em entrevista concedida ao portal Informationsbüro Nicaragua e traduzida para o português por Raphael Sanz para o Correio da Cidadania.

Seguem os principais trechos da entrevista na qual a comandante, que foi deputada no período entre 2007 e 2011 na Assembleia Nacional da Nicarágua e é hoje opositora ao governo Daniel Ortega e fundadora do Movimento de Resgate do Sandinismo (MRS), descreve o processo de negação dos princípios, degeneração e isolamento do governo conduzido por Ortega e sua esposa Rosario Murillo.

Ela explicitou o conteúdo do pacote que provocou o levante: “o governo impôs a Reforma do Sistema de Previdência Social e institucionalmente elevou a quota patronal e a dos trabalhadores enquanto reduziu em 5% as aposentadorias”.

Além disso, destaca, “já era público que os fundos da seguridade social foram usados em investimentos arriscados e que a instituição inflou valores e resultados. Havia incômodo pelas irregularidades na gestão da instituição. O anúncio foi sem discussão prévia. A decisão foi um balde de água fria. E foram os estudantes que iniciaram os protestos”.

No entanto, esclarece a comandante da guerrilha que derrubou o regime ditatorial e entreguista de Somoza, o ambiente já estava totalmente ressecado a tal ponto que a reforma foi a faísca que incendiou o país.

Entre os fatores repudiados pelo povo lhe foi usurpada a “liberdade de expressão e mobilização, pois cada tentativa de manifestação foi objeto de repressão por parte das tropas de choque da polícia”.

E mais, “as pessoas sabem que foram cometidas fraudes eleitorais de forma sistemática, afastando qualquer tentativa de construir forças de oposição, de qualquer signo, em particular de signo sandinista. Só permitem as forças “zancudas”, ou seja, as que fazem o jogo para aparentar democracia (o termo “zancudo” foi cunhado na luta contra Somoza, ainda nos anos 80, para os conservadores que faziam o jogo daquele governo).

“Porque a corrupção não é castigada. Há o caso de Roberto Rivas, magnata com mansões na Espanha e Costa Rica, jet privado, a quem os EUA aplicou a Lei Global Magnitsky. O governo em vez de afastá-lo da presidência do Conselho Supremo Eleitoral, o manteve no cargo com privilégios e imunidade.”

“Os crimes absolutamente repudiáveis como o cometido na Comunidade de San Pablo, onde o exército executou 6 pessoas, entre eles dois menores (um menino de 12 anos e uma menina de 15, a segunda inclusive violentada) ficaram em total impunidade”, destaca a guerrilheira.



“Banqueiros e Ortega: a aliança no poder aqui”

“As organizações de mulheres, ambientalistas, de direitos humanos e outras são submetidas ao assédio e pressão por parte das instituições do Estado. As organizações de direitos humanos independentes sequer são deixadas ver os presos...”

“Os estudantes se cansaram de que não ter liberdade de organização nas universidades, pois os reitores e muitos professores atuam como oficiais de polícia política para o governo.”

Entre outros fatores da maior gravidade, ela denuncia ainda que “o governo instalou como norma o Secretismo e não tem nenhuma interlocução com a sociedade. Só fala com seus aliados (o grande capital) e com subordinados (a própria força). E mantida uma humilhante posição de dependência ou medo.”

Resultado disso, é que “o governo entregou o país através da Lei 840 (para concessão do canal) e outras concessões como minérios, florestas, oceano. Todas as iniciativas de discutir sobre a conveniência ou não destas concessões foram rechaçadas.”

E, por fim, “Não existe liberdade de expressão. Os meios de comunicação, incluindo os do FSLN, foram quase todos privatizados a favor do regime. A maioria dos canais de televisão são faz parte de um duopólio: ou são filhos do casal presidencial ou são do seu sócio, o empresário mexicano Juan Ángel González, e só transmitem novelas e enlatados.”

Ao povo apenas “se reparte migalhas através de programas assistenciais que não dão dignidade e não tiram pessoas da pobreza. E ainda jogam na mídia índices positivos de crescimento macroeconômico, sendo que o que cresceu foram as fortunas dos banqueiros - com as taxas mais altas da região - suas próprias fortunas e a concentração da riqueza em poucas mãos.”

Para piorar ainda mais a situação em um dos países mais pobres do Continente, “os programas sociais vão sendo fechados porque eram artificialmente mantidos com parte da ajuda venezuelana, que entra nas arcas da família presidencial sem nenhum tipo de controle. Ou seja, a diminuição da pobreza que tanto pregaram não é sustentável, porque não foi baseada em uma mudança estrutural, nem em reformas no sistema tributário.”

“O ambiente começou a ficar mais tenso há quatro anos, com a Lei Canaleria (840). E com o advento dessa lei, para enfrentar os perigos que afetariam diretamente milhares de famílias camponesas que tinham de ser desalojadas, construiu-se o movimento camponês mais forte que se

pôde organizar nos últimos 20 anos e realizou quase 100 marchas. Todas reprimidas e as tentativas de marchas para Managua, impedidas brutalmente.”

Foi “neste contexto se realizaram eleições nacionais e logo as municipais. Ambas fraudulentas. Nas primeiras, Ortega se reeleitou com 70% de votos para ter uma Assembleia totalmente controlada e reformar a Constituição à sua maneira.”

A reação a toda essa geração e imposição de uma política antipovo não tardou. A repressão inicial aos protestos não foi capaz de contê-los mas, ao contrário, “essa repressão rapidamente escalou o protesto a níveis até agora desconhecidos durante o governo Ortega e se estendeu territorialmente, incorporando setores populares: aposentados, desempregados, trabalhadores autônomos, operários e principalmente estudantes e jovens, com marchas nos povoados mais distantes.”

“E preciso ressaltar”, destaca Baltodano, “que as pessoas, para defenderem-se, rapidamente passaram das mobilizações para a construção de barricadas a fim de impedir a passagem da polícia.”

“Mas a maior parte dos que protestam são - em um país onde a classe média é muito pequena - do povo trabalhador, artesãos, operários e trabalhadores informais - que é o maior contingente de trabalhadores na Nicarágua, cerca de 70% da força de trabalho. O interessante é que o movimento estudantil, que havia estado cooptado e controlado pelo governo, escapou de suas mãos. Há sandinistas, liberais, conservadores e sem partido.

“Aqui a direita econômica e política, o capital em uma só palavra, é quem governa junto a Ortega. O modelo de Aliança Público Privada que aplaude a direita mundial, o FMI, o Banco Mundial e as grandes corporações e investidores do mercado financeiro. “Hoje, 96% do PIB da Nicarágua vem do setor privado. O governo terminou de aniquilar o que restava da propriedade social, em forma estatal e de cooperativas, e assim deixou o país sem nenhuma riqueza pública.

“Que não se engane a esquerda mundial com este governo. De esquerda, aliás, não sobrou nada. “Aqui a direita e o governo são a mesma coisa. Banqueiros e Ortega são a aliança que ‘governa’ por mais de uma década”, afirma a comandante.

Greve geral convocada pela Coalizão Cívica que congrega estudantes, acadêmicos e trabalhadores, começou um dia antes, em León, após assassinato de um jovem

A Coalizão Cívica pela Justiça e a Democracia da Nicarágua, que congrega estudantes, camponeses, empresários, acadêmicos e membros da Sociedade Civil, convocou uma greve nacional para a quarta-feira, dia 14.

“Esta é uma greve cívica, nacional e pacífica que abrange todo o país e todas as atividades econômicas, salvo aquelas relacionadas com a preservação da vida e a cobertura de serviços básicos para a população”, assinala o comunicado, acrescentando que “o objetivo é apoiar o Diálogo Nacional mediado pela Conferência Episcopal da Nicarágua, CEN, e exigir o fim imediato da violência e a repressão”.

O país está praticamente paralisado há quase 60 dias. Os protestos contra Ortega e sua esposa e vice-presidente, Rosario Murillo, começaram em 18 de abril repudiando a tentativa de impor desastrosas reformas que cortavam o orçamento das universidades, ajustando salários e professores, e mexiam com a Previdência, aumentando a idade mínima para as aposentadorias, encarecendo as contribuições tanto para os trabalhadores quanto para os patrões. Foi o estopim.

A corrupção já grassava em todos os setores do governo, cortes inexplicáveis nos orçamentos para a Educação e Saúde, abuso de poder e nenhum diálogo com os setores organizados da sociedade são hoje denunciados inclusive por membros históricos da Frente Sandinista de Libertação Nacional, FSLN, que derrubou o ditador Augusto Somoza nos anos 80, hoje descaracterizada pelo governo Ortega.

Sem disposição ao diálogo nem argumentos, o governo reprime de forma descontrolada as manifestações pacíficas, tendo provocado até o momento 147 mortos segundo a informação do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos (CENIDH). Entre sexta e sábado passados quatro pessoas foram mortas em Managua, Masaya e Jinotega. Apesar da violência não ter diminuído, o levante da população liderado pelos estudantes obrigou o governo a desistir das reformas.

A paralisação do dia 14, já teve seu começo em León, segunda cidade do país e considerada o centro intelectual por causa de suas universidades. Na terça-feira, 12, “León iniciou a greve cidadã, dando um exemplo de luta para o resto da nação. O som do silêncio que se manifestou nas ruas disse a Daniel Ortega e a Rosario Murillo ‘Vão embora!’”, como afirmou o radialista Aníbal Toruño, diretor da Rádio Dario, cujas instalações foram incendiadas em abril pela polícia. “A greve convocada pela sociedade civil e os diferentes setores produtivos de León é efetiva em quase 100%: as ruas estão desertas, o setor de transporte - que inclui táxis e ônibus - acompanhou a paralisação”, informou.

Na capital, Managua, o caos já está instalado. O

governo lançou uma ofensiva entre o domingo e a segunda-feira para levantar os bloqueios de ruas, chamados “tranques”, com ataques de grupos de civis armados junto a policiais anti-motins, denunciaram manifestantes.

A cidade, antes de começar a greve, já estava semi-paralisada por falta de transporte e o temor das pessoas.

A Coalizão Cívica exige ao presidente que dê uma “resposta imediata à Conferência Episcopal sobre a retomada do diálogo nacional”, já que este é “o caminho para revisar o sistema político da Nicarágua desde sua raiz, para conquistar uma autêntica democracia e justiça”.

A CEN informou no dia 7 de junho que entregou uma proposta de “democratização” ao presidente para decidir se é retomado o diálogo nacional, que foi suspenso em 23 de maio passado. Ortega pediu aos bispos 48 horas para refletir sobre a questão.

Porém, na segunda-feira, 11, o secretário da Conferência e bispo da cidade de Estelí (nordeste), Abelardo Mata, disse ao jornal local La Prensa que “a resposta” que receberam “é mais violência”.

Uma reportagem da agência de notícias Pública denuncia que atiradores são orientados a atirar na cabeça para matar os manifestantes. A reportagem consultou um médico especializado em balística para obter sua análise sobre as tomografias do Hospital Lenin Fonseca, localizado em uma das cidades sublevadas. “Segundo o que eu vejo, eles disparavam com ‘precisão científica’: direto, para matar”, afirma o médico, que pede para manter sua identidade em anonimato por questão de segurança. Esse médico diz que viu muitas feridas parecidas quando prestava auxílio durante a guerra civil na Nicarágua, nos anos 1980. “São balas de alto poder. São fuzis, armas de guerra. Não são pistolas”.

“Acredito que [Ortega] respondeu com fatos. Nefasta resposta está dando, resposta que não tem nada de responsável. A crise está se aprofundando mais e mais”, assinalou o bispo da cidade de Estelí.

Muitas lideranças nicaraguenses já se posicionaram afirmando que o caminho para Ortega é deixar o governo. E o caso da ex-comandante da guerrilha sandinista Mónica Baltodano (publicamos matéria com trechos de entrevista concedida por ela nesta página).

O dirigente camponês Medardo Mairena declarou que nos últimos dias, Ortega teria dito a funcionários do Departamento de Estado dos EUA que poderia adiantar as eleições, mas sem renunciar. “É difícil de acreditar que enquanto este traidor se recusa a discutir as novas eleições e a solução dos problemas com a sociedade nicaraguense, vá prestar contas aos Estados Unidos”, falou Francisco Martínez, porta-voz da Coordenadora Universitária pela Democracia e a Justiça.



As barricadas se multiplicam por todo o país



Iñaki Urdangarin ao chegar no Tribunal de Justiça da Espanha dá prazo para cunhado do Rei entregar-se à polícia

A justiça espanhola deu o prazo de 5 dias, que vence na segunda-feira (18), para que o cunhado do rei Felipe VI, Iñaki Urdangarin, se entregue às autoridades do país para dar início ao cumprimento da pena de cinco anos e dez meses de prisão por crimes de corrupção, conforme sentença confirmada pelo Supremo Tribunal da Espanha.

A notificação foi recebida por Urdangarin na quarta-feira (13) em sua residência, na cidade de Palma de Mallorca, onde vive com sua esposa, a princesa Cristina, e seus quatro filhos. O cunhado do rei foi julgado culpado no “Caso Nóos”, sob a acusação de desvio de recursos públicos por meio de uma fundação sem fins lucrativos. Além do crime de desvio, Urdangarin foi condenado por prevaricação, fraude contra a administração pública, crime fiscal e tráfico de influência, sendo absolvido, apenas, das acusações de falsidade ideológica.

O “caso Nóos” investiga o desvio de mais de 6 milhões de euros dos cofres públicos, entre os anos de 2003 a 2006, para o Instituto Nóos, entidade dirigida por Urdangarin em conjunto com o seu sócio, Diego Torres, que também tem cinco dias para se entregar para à Justiça para que comece a cumprir seus cinco anos e oito meses de prisão.

Entre os condenados no “Caso Nóos” também está o ex-presidente das Ilhas Baleares, Jaume Matas, condenado a três anos e oito meses, que já se entregou voluntariamente na prisão de Aranjuez, em Madri.

Para adiar o início do cumprimento da sentença, Urdangarin ainda pode recorrer ao Tribunal Constitucional ou solicitar um indulto ao governo.

Quando for preso, o cunhado do rei será o primeiro membro da nobreza espanhola a tornar-se presidiário.



Jerome Powell, presidente do Fed Banco Central norte-americano aumenta juros para 1,75-2,00%

O BC dos EUA, o Federal Reserve (Fed) elevou a taxa de juro em 0,25 ponto percentual na quarta-feira (13), para uma banda de 1,75 % a 2%, e sinalizou que pretende fazer mais duas altas este ano, ao invés de uma só, o que coloca o Fed a caminho de um total de quatro altas de juros em 2018, o que não ocorria desde 2006. A alta anterior havia sido em março.

Na avaliação do Fed, a economia está “sólida” e a muleta dos juros pra lá de baixos – na realidade, juros reais negativos – já pode vir a ser dispensada. O presidente do Fed nomeado por Trump, Jerome Powell, asseverou que “a maior parte das pessoas que quer achar empregos está achando, e o desemprego e a inflação são baixos”. O Fed acredita que o desemprego até o final do ano cairá para 3,6%, o que seria a melhor taxa desde os anos 1960.

Powell chamou de “charada” o porquê de os salários não estarem subindo apesar de desemprego estar tão baixo e tantas empresas reclamarem que não conseguem achar trabalhadores suficientes. Mas ele previu que isso vai mudar: “você verão os salários subirem, verão as pessoas que estão às margens da força de trabalho tendo uma oportunidade para voltarem a trabalhar”. Talvez al-

guém conte a ele que os adultos “não na força de trabalho” são mais de 90 milhões nos EUA. A propósito, no primeiro trimestre do ano, o salário por hora cresceu em termos reais 0,3% em relação a igual período do ano passado.

Com a taxa de juro básica quase igual à taxa de inflação (cuja meta é de 2% ao ano), o Fed antevê um retorno a uma política monetária mais “normal”, mas segue descrevendo a política que aplica como “acomodatícia”, com a economia entrando no décimo ano seguido de crescimento raquítico.

No que chamou de “movimento técnico”, o Fed decidiu elevar para 1,95% a taxa de juro que paga aos bancos pelas reservas em excesso, o que justificou como necessário para “garantir que as taxas de juros permaneçam dentro dos limites pretendidos”. O articulista Mish Mash não ficou de todo convencido com argumentação tão sábia e, fazendo a conta sobre o total das reservas em excesso, US\$ 1,89 trilhão, concluiu que o Fed generosamente gratificou os banqueiros com US\$ 36,9 bilhões por deixarem o dinheiro parado, sem mover a economia. Enquanto isso, como ele disse, “congratulações trabalhadores: vocês fizeram 0,3% por hora mais que há um ano atrás”.

Kim e Trump aprovam unir esforços pela paz duradora na Península



Kim: “prelúdio para a paz”. Trump: “melhor do que qualquer um poderia prever”

União Europeia anuncia Fundo de Defesa de 13 bi em busca de ‘autonomia estratégica’

A União Europeia (UE) apresentou nesta quarta-feira (13) o primeiro Fundo Europeu de Defesa (FED) para desenvolver as capacidades militares de seus membros, mas suas condições descartarão na prática a participação de empresas de países de fora do bloco, como os Estados Unidos e, inclusive, o Reino Unido, em processo de saída.

A iniciativa de 13 bilhões de euros, dita para promover a autonomia estratégica da UE, poderá tensionar ainda mais as relações com Washington, a um mês de uma importante cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em Bruxelas, e num momento em que os dois lados do Atlântico vivem uma crise comercial - desatada por Trump - e diplomática. Como se sabe, o lema da Otan era “os americanos dentro, os russos, fora, e os alemães por baixo”, na esclarecedora descrição de um general norte-americano.

E de se esperar para ver até onde irá esse anseio da

União Europeia por “autonomia estratégica”. Há que se perguntar exatamente de que “autonomia estratégica” estão falando quando Alemanha, Itália, Espanha, Bélgica etc. abrigam bases militares, tropas e armas nucleares dos Estados Unidos, não propriamente por decisão soberana de cada um desses países. Falando francamente, a situação desses países é praticamente pagarem pela própria ocupação. A previsão é o Fundo Europeu de Defesa entrar em operação em 2020.

SEDE NA UE

As empresas que optarem por estes fundos deverão “ter a sua sede e suas infraestruturas na União Europeia e, sobretudo, uma entidade instalada fora da UE não poderá controlar a tomada de decisões”, explicou uma fonte responsável europeia, que pediu anonimato, segundo a AFP.

A filial europeia de um grupo americano, cana-

dense, russo, ou chinês não poderá aspirar ao financiamento do Fundo Europeu de Defesa. Como também um grupo britânico, detalhou à AFP outra fonte: “O programa começará a ser aplicado a partir de 1º de janeiro de 2021 e, portanto, para uma União Europeia de 27 membros”, esclareceu.

Em Bruxelas, as fontes consultadas defendem que os critérios não são discriminatórios, uma vez que empresas interessadas no financiamento nos Estados Unidos devem ter sede neste país, ou empregar apenas equipes americanas. “Os critérios de elegibilidade europeus são similares. É normal que o dinheiro europeu vá para as empresas europeias”, reiterou a fonte.

O Fundo Europeu de Defesa é “um instrumento de emancipação” para uma UE totalmente dependente das empresas americanas para a fabricação de drones militares e a proteção de seus satélites, segundo os responsáveis questionados.



Exposição de armas e equipamentos de segurança em Villepinte, na França

Rússia adverte sobre a ‘deterioração da segurança na Europa’ pelas manobras em larga escala da Otan

O vice-chanceler russo, Alexander Grushko, advertiu que o plano da Otan de aumentar sua capacidade militar na Europa conduzirá a uma “deterioração considerável da segurança no continente”. Ele acrescentou que a Rússia irá tomar “todas as medidas militares e técnicas que garantam nossa segurança e nossa capacidade de defesa”, afirmou Grushko, na segunda-feira (11), durante coletiva de imprensa. A mais recente provocação contra a Rússia prevê 30 batalhões terrestres da Otan, 30 esquadrões de combate aéreo e 30 navios de guerra, disponíveis para utilização em 30 dias após colocados em alerta, cada batalhão em média com 1.000 soldados.

Este ano, a Otan já organizou cerca de 100 manobras de guerra na Europa,

um acréscimo de 20% com o mesmo período de 2017. Neste dia 15, está se encerrando o Saber-Strike 2018, iniciado no dia 3, com 18 mil soldados de 19 países (em 2013, essa operação reuniu tão somente 2 mil). Até Israel, pela primeira vez, participou de um exercício, o Swift Response. Em maio, outro exercício militar envolveu 15 mil soldados no Báltico. Em outubro, vai ocorrer a Trident Juncture, com 35 mil soldados de 30 países, 70 navios de guerra e 130 aviões. A Anakonda, em novembro, é ainda maior: 100 mil soldados, 5 mil veículos, 150 aviões e 45 navios de guerra.

Como assinalou o site Strategic Culture Foundation, “se isto não é uma

preparação aberta para guerra, o que seria?”. De acordo com o general ianque Mark Milley, do Estado Maior Conjunto, “tendo forças da Otan de larga escala nos Estados bálticos e Polónia, bem como falta de transparência – nós vemos uma séria preparação para uma grande guerra”. Além disso, há a instalação de sistemas Aegis no teatro europeu, que violam o Tratado de Proibição de Mísseis de alcance intermediário.

Ao ser indagado sobre a resposta russa frente às provocações da Otan, o vice-chanceler russo afirmou que “não deve haver dúvidas quanto a isso” e que está “confiante de que a Otan compreende muito bem que estamos de olho no seu desenvolvimento militar”.

Trump anunciou ao final a suspensão das manobras militares no Sul. Pyongyang já havia interrompido seus testes nucleares. Belicistas inconformados: “a paz é ruim para os negócios”

A histórica cúpula entre o líder Kim Jong Un e o presidente Donald Trump, que o mundo inteiro comemorou, causou em Wall Street queda de 2,8% das ações da Raytheon – que faz os Tomahawk-, conforme o jornal USA Today. As da Lockheed – F-35 e outros sistemas de ataque -, encolheram 1,3%. Contração de 1,5% na Northrop Gruman (mísseis e guerra cibernética) e de 0,1% na Boeing (helicópteros Apache, F-18). Baixa de 1,6% na General Dynamics (submarinos nucleares). O analista Brad McMillan apontou que isso se deveu à percepção de que “estava escapulindo” uma das melhores chances de uma guerra quente – e de mais encomendas bélicas. Como registrou o Comondreams, “a paz é ruim para os negócios”.

Mas foi exatamente a possibilidade de paz permanentemente na península coreana, através de negociações e afastamento do risco de guerra – inclusive nuclear – o que fez da cúpula, a primeira entre um presidente norte-americano e um líder norte-coreano, ser saudada entusiasticamente por todos os homens de bem do planeta. Ao retornar a Washington, Trump afirmou que “a ameaça de guerra nuclear da Coreia do Norte tinha acabado. Podem dormir tranquilos”.

A mídia imperial, que já estranhara a postura “entre iguais” na cúpula, assombrou-se ainda mais quando Trump, antes de deixar Cingapura, nação-cidade que foi anfitriã do encontro, anunciou que estava suspendendo as manobras militares no sul – que chamou de “jogos de guerra”.

A notícia surpreendeu inclusive o governo de Seul e o comando do Pentágono na Coreia, mas o porta-voz do presidente Moon Jae-in logo saudaria a medida como uma forma de “acelerar” a paz e a desnuclearização. Trump inclusive expressou que essas manobras eram “provocativas” e “inapropriadas”, além de “muito caras”.

Não foram só os especuladores de Wall Street e os traficantes de guerra da indústria bélica que se sentiram no prejuízo com o conciso documento de quatro pontos pela paz e pela desnuclearização da península coreana – toda a península, e não apenas o norte. Nação com cinco mil anos de história, foi ocupada e anexada pelo Japão imperial no início do século passado, e só está dividida porque, a pretexto de desarmar as tropas japonesas, os EUA impuseram sua própria ocupação, que não acabou até hoje, e cuja superação entrou na ordem do dia, abrindo caminho para a reconciliação intercoreana e a reunificação.

O líder democrata no Senado, Chuck Schumer, chamou o acordo Kim-Trump de “muito preocupante” e “impreciso”. O já citado USA Today – um dos maiores jornais dos EUA – o considerou “vago” e “não-obrigatório”. Houve quem alegasse que Trump permitiu que Kim, que era um “pária” – era o que o império dizia – se tornasse em meses “um estadista”.

Outros se lamuriaram que Trump concedera quase tudo em troca de quase nada. Quanto a isso, há que comparar a crua, porém sin-

cera, exposição do analista financeiro McMillan, com a hipocrisia desses fariseus.

A resposta ativa da Coreia quando a ala mais extremada do governo Trump – representada pelo conselheiro John Bolton – fez a provocação sobre a “desnuclearização ao modelo líbio”, acabara, ao contrário, garantindo a cúpula. Não haveria desarmamento unilateral, nem os coreanos iam dobrar a espinha por causa das sanções brutais, mas o Norte estava pronto para negociar.

Assim, a declaração assinala que Kim e Trump conduziram “uma troca de opiniões abrangente, profunda e sincera” para o “estabelecimento de novas relações” Coreia-EUA e a “construção de um regime de paz duradoura e robusta na península coreana”. Trump se comprometeu em fornecer “garantias de segurança” a Pyongyang e Kim, a “completar a desnuclearização”. Quanto à desnuclearização, o documento se remete à cúpula de abril de Kim e Moon, pela reconciliação intercoreana em busca da reunificação.

As discussões duraram cinco horas, sendo precedidas por um encontro Kim-Trump, só com os tradutores, cara a cara. Depois, Trump descreveria Kim como um líder “muito talentoso e duro na negociação e que ama seu país”. Houve vários obstáculos, “que superamos e estamos aqui”, retrucou Kim. Após a assinatura do documento, o presidente dos EUA disse que a cúpula estava sendo “melhor do que qualquer um poderia ter previsto”. Kim a chamou de “um bom prelúdio para a paz” e acrescentou que “tívemos uma reunião histórica e o mundo verá uma grande mudança”.

REVISÃO DE SANÇÕES

Em entrevista coletiva após a cúpula, Trump assegurou que haverá uma redução “muito substancial” do arsenal norte-coreano e revelou que Pyongyang se prontificou a destruir um local de teste de motores de mísseis. Mais tarde, o secretário de Estado Mike Pompeo, que está incumbido das negociações posteriores, estimou em “dois anos e meio” essa etapa. A mídia estatal norte-coreana disse que Trump se comprometeu com a revisão das sanções, o que também já foi pedido pela China e pela Rússia.

Há meses, Moscou e Pequim vinham insistindo em que o confronto no extremo leste asiático fosse substituído por diálogo sem pré-condições, antecedido pela suspensão das manobras militares no sul e dos testes nucleares e de mísseis no norte. E grande a torcida para que, desta vez, não se repita o que já houve por duas vezes, quando líderes coreanos assinaram acordos, que foram descumpridos por Washington – até que não restou opção a Pyongyang senão construir sua força de dissuasão nuclear, tornar impossível o desconhecimento da realidade da Guerra Fria congelada de mais de meio século e encontrar, no meio do caminho da reconciliação, a geração que derrubou a ditadura instaurada no sul por Washington. Como disse Kim a Moon em Panmunjon: “eu me pergunto porque foi tão difícil, porque demorou tanto”.

ANTONIO PIMENTA

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (8)

Um dos sinais agudos da falência moral do neoliberalismo – e logo em seu início – é que von Hayek propõe um sistema de espoliação brutal dos seres humanos em nome da “liberdade”

CARLOS LOPES

Não precisamos, graças aos Céus, e aos nossos leitores, provar que o nazismo tinha um caráter antiético, que era oposto – e se opunha – a qualquer ética (evidentemente, ética **humana**, pois até agora não se descobriu alguma em outra espécie).

É tentador – porque economizaria bastante esforço, trabalho – dizer que não precisamos provar que o neoliberalismo é também oposto a qualquer ética. Mas isso, nos tempos atuais, ainda não é óbvio para muitas (e boas) pessoas.

Em um trabalho escrito há sete anos (“O serpentário do neoliberalismo: um estudo da idiotice econômica”), citamos alguns ideólogos neoliberais. Por exemplo, o autor mais citado por Ronald Reagan:

“... o progresso material é inelutavelmente elitista: faz os ricos ficarem mais ricos e aumenta o seu número, exaltando os poucos homens extraordinários que podem produzir riqueza acima das massas democráticas que a consomem. (...) Para serem bem sucedidos, os pobres necessitam, antes de tudo, da espora da sua pobreza” (George Gilder, cit. in John Kenneth Galbraith, “**A Journey Through Economic Time**”, Houghton Mifflin, 1994, págs. 214 e 215).

Naquele trabalho, estávamos mais preocupados com os aspectos históricos que se referiam à economia política: por que, até mais ou menos 1980, o neoliberalismo era apenas uma seita desprezada até pelos monetaristas do *establishment* norte-americano, provocando, no máximo, aquele tipo de menção acadêmica que nada quer dizer (ou que significa, como as manifestações de respeito de Keynes por Hayek, o oposto) – e, então, a partir daí, tornou-se hegemônico no campo do imperialismo.

Sobre esse aspecto da questão, Paul Sweezy, em 1944, na resenha que publicou sobre o livro de Hayek, “**O Caminho da Servidão**”, resumizou:

“O ataque intelectual ao socialismo assume duas formas principais. Ou o socialismo não pode funcionar e qualquer tentativa nesse sentido causará o caos e a miséria universal, ou então o socialismo pode funcionar, mas inevitavelmente leva a uma forma corrupta de totalitarismo. O professor Hayek é um dos poucos e versáteis críticos que operam em ambas as frentes com igual diligência e entusiasmo. Em alguns de seus primeiros escritos, ele provou, para sua satisfação, e a de outros quantos individualistas bravos e destemidos, que o planejamento econômico é impossível, e um meio seguro de alcançar a ruína. Em **‘O Caminho da Servidão’**, ele adota a aparência do filósofo político para advertir seus contemporâneos dos terríveis perigos totalitários que se escondem por trás das belas promessas dos planejadores socialistas.

“Rapidamente, o argumento de Hayek é mais ou menos o seguinte. O mundo no século XIX era um lugar encantador. A propriedade privada, a concorrência e a liberdade avançavam triunfantes, deixando atrás de si um rastro de riqueza e de cultura. Isto se devia à difusão das ideias liberais a partir da Inglaterra, difusão que começou com o crescimento do comércio no início da época moderna. Por volta de 1870, e por alguma razão obscura que o professor Hayek não revela, a maré liberal alcançou seu ponto culminante e começou a retroceder. Um novo sistema de ideias, gerado desta vez na Alemanha, começou a invadir o mundo ocidental. Os lemas deste novo movimento intelectual eram ‘socialismo’ e ‘organização’. A maior parte



da Europa, incluídas, é claro, Alemanha e Rússia, sucumbiu. Desde 1931, inclusive a própria Inglaterra, ponta de lança do liberalismo, se embarafustou pelo caminho da ruína, e tudo faz supor uma aceleração desse passo nos próximos anos. A menos... bom, a menos que os ingleses decidam, por um ato de vontade, supõe-se (‘a vontade humana fez do mundo o que ele é’), renunciar a essas ideias de planificação e organização e instalar uma economia de livre concorrência e atomizada” (cf. Paul M. Sweezy, “*Hayek y el camino de servidumbre*”, in “**El Presente como Historia – ensayos sobre capitalismo y socialismo**”, trad. G. Tortella Casares e Carlos Bustelo, Tecnos, Madrid, 1968, pp. 123-124).

Apontaremos que o ataque de von Hayek ao “coletivismo” em geral – portanto, inclusive ao socialismo – é dirigido também ao nacionalismo. Ele percebe perfeitamente que a nação é um coletivo, daí a relação entre nacionalismo e coletivismo. Mas aqui ele faz uma de suas confusões, completamente intencional: é o socialismo que conduziria ao nacionalismo. Por quê? Simplesmente porque ele quer colocar o nazismo (“nacional-socialismo”) na conta do coletivismo e do socialismo, como se a ditadura de Hitler – a submissão de todos a uma individualidade perversa – tivesse algo a ver com coletivismo (e, pior ainda, com socialismo).

Assim, o nazismo seria um produto não do capitalismo monopolista, mas do socialismo (essa afirmação é repetida várias vezes no livro de von Hayek).

É óbvio que concepção Hayek quer apagar. Aquela que encontrou sua expressão mais clara no informe de Dimitrov ao VII Congresso da Internacional:

“O fascismo no poder é a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro.

“A variedade mais reacionária do fascismo é o tipo alemão. Tem a audácia de chamar-se nacional-socialismo, apesar de não ter nada em comum com o socialismo. O fascismo alemão não é apenas um nacionalismo burguês, é um chauvinismo bestial. É o sistema de governo do banditismo político, um sistema de provocações e torturas contra a classe operária e os elementos revolucionários do campesinato, da pequena burguesia e dos intelectuais. É a crueldade e a barbárie medievais, a agressão desenfreada contra os demais povos e países” (Jorge Dimitrov, “**La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional en la lucha por la unidad de la clase obrera contra el fascismo**”, 02/08/1935).

Há outras confusões, no livro de von Hayek, igualmente intencionais, associadas a esta, que são, também, meramente, truques sem escrúpulos de um esboço ideológico – por exemplo, a confusão entre o chauvinismo da burguesia dos países imperialistas e o nacionalismo dos povos de países oprimidos e espoliados.

Sweezy sublinha, também, o absurdo da ideia de que o planejamento da produção conduz inevitavelmente ao “totalitarismo”: “... em favor do professor



Hayek, devemos também reconhecer que os planejadores socialistas errarão, de vez em quando. Podem, por exemplo, superestimar a taxa de natalidade e determinar a produção em excesso de carrinhos de bebê. Porém, podemos assegurar ao professor Hayek, que não se decretará um aumento na atividade procriadora porque ocorreu algo ‘não previsto pelo plano’. Há uma solução muito mais simples: acrescentar o excedente de carrinhos de bebê ao estoque e reduzir a produção, na quantidade necessária, no ano seguinte” (Sweezy, **op. cit.**, p. 127).

LIBERDADE

O livro de von Hayek é considerado, por seus acólitos, a obra inicial do neoliberalismo. Escrito antes do término da II Guerra, é uma coleção de ressentimentos anticomunistas – e não apenas, pois, frequentemente, Hayek se queixa de tendências políticas ou pessoas que jamais foram, nem longe, comunistas.

Pareceu notável a muitos comentaristas da época que von Hayek diga que, essencialmente, não havia diferenças entre o nazismo e o comunismo, no momento em que a URSS, com extremo sacrifício e heroísmo, era a principal força antinazista do mundo.

Resumindo a pregação de von Hayek (e, também, de Ludwig von Mises, professor de von Hayek), escreveu Galbraith:

“O seguro-desemprego, as pensões de aposentadoria e o auxílio aos pobres só terminariam por levar à repressão socialista e à resultante degradação do espírito humano. (...) O monopólio, uma preocupação do pensamento econômico americano, seria na realidade algo basicamente irrelevante que não justificava o mal maior da intervenção governamental – **embora um certo grau de coibição pudesse ser pertinente no caso dos sindicatos**” (cf. J.K. Galbraith, “**O Pensamento Econômico em Perspectiva – uma história crítica**”, trad. Carlos Malferrari, Pioneira, 1989, p. 172, grifo nosso).

Desde o fim do século XIX, como vimos na parte anterior deste trabalho, Émile Zola identificara a relação entre a hostilidade à liberdade e a falta de limite moral da reação – que, naquele momento, se expressava pela horda “antidreyfusard”.

Um dos sinais agudos da falência moral do neoliberalismo – e logo em seu início – é que von Hayek propõe um sistema de espoliação brutal dos seres humanos em nome da “liberdade”.

É em nome da “liberdade” e do “estado de direito” (sic) que Hayek quer acabar com o “estado previdenciário” (sic), e, a rigor, com qualquer conquista popular (cf. Friedrich von Hayek, “**O Caminho da Servidão**”, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, pp. 16-19, 89 e segs).

Von Hayek considera que o núcleo de seu livro é consti-

tuído pelo capítulo “A planificação e o estado de direito”. Diz von Hayek:

“*A característica que mais claramente distingue um país livre de um país submetido a um governo arbitrário é a observância, no primeiro, dos grandes princípios conhecidos como o estado de Direito*” (idem, p. 89).

Deve ser por isso que von Hayek, sempre fiel ao “estado de Direito”, sempre adepto da “liberdade”, foi um dos conselheiros, apologistas e entusiastas de Pinochet. Disse ele, em abril de 1981, quando, em Santiago, foi entrevistado pelo jornal pinochetista “El Mercurio”: “*Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal do que um governo democrático carente de liberalismo*” (El Mercurio, 12/04/1981, págs. D8/D9).

A condição para esse “estado de direito” é que ele deixe a economia completamente sem qualquer controle ou fiscalização – o que queria dizer, naquela época (e ainda quer dizer, até mais que naquela época), entregar a economia ao domínio e estrangulamento pelos monopólios financeiros privados.

A “liberdade” de von Hayek é para os monopólios e seus controladores. Quanto ao conjunto da sociedade, na medida em que o Estado estaria proibido de interferir, teria o papel de se submeter à “liberdade” dos seus senhores.

Porém, e como observou Galbraith, há exceções, para von Hayek, onde o Estado pode e deve interferir, pois este é o seu papel. Por exemplo, ao pregar que, no pós-guerra, os salários devem ser rebaixados em relação aos níveis que prevaleceram durante a guerra, von Hayek considera que:

“*Se, pois, os sindicatos resistirem com êxito a uma redução dos salários de tais categorias, restarão apenas duas alternativas: ou usar a coação (isto é, escolher certos indivíduos e transferi-los compulsoriamente a outras funções menos bem remuneradas), ou então deixar que aqueles que já não podem ser empregados com os salários relativamente altos percebidos durante a guerra permaneçam desempregados até se disporem a aceitar trabalho menos bem pago*” (idem, p. 195).

Esta é a moralidade, a “liberdade” e o “estado de direito” dos neoliberais.

Explicitamente, escreve von Hayek:

“**O conceito de um código moral completo nos é estranho e é preciso um esforço de imaginação para percebermos que ele envolve**” (von Hayek, **op. cit.**, p. 76).

Por que a palavra “completo”, colocada após a expressão “código moral”?

Von Hayek recusa “um código moral completo” porque “*o bem-estar e a felicidade de milhões não podem ser aferidos numa escala única de valores*” (idem, p. 75).

Por que é preciso existirem várias “escalas de valores” (valores éticos, morais)?

Segundo von Hayek, “*o fato*

Trabalhadoras no campo da Rússia, às vésperas da II Guerra (foto de Margaret Bourke-White para a revista Life, 1941)

de estarmos sempre escolhendo entre valores diferentes, sem qualquer código social que prescreva de que modo devemos escolher, não nos causa surpresa nem nos leva a pensar que o nosso código de moral seja incompleto” (idem, p. 76, grifo nosso).

Mas, se não é “incompleto”, por que ele rejeita um “código moral completo”?

A resposta parecerá evidente para os leitores que nos acompanharam até aqui: ele rejeita uma ética que seja válida para todos os indivíduos de uma sociedade. E a isto que ele chama “código moral completo”.

Em 1944, residindo na Inglaterra, von Hayek não se atreve a dizer que a moral ou a ética deve valer para alguns – e não para outros; ou que deve existir uma ética para uns – e outra ética para outros. O nazismo ainda não tinha sido completamente derrotado, e milhões de pessoas se mobilizavam contra ele. E essa era, exatamente, a concepção dos nazistas.

Portanto, von Hayek tem que dar uma volta pelo “código moral completo” para chegar a isso:

“*... o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios. E esse reconhecimento do indivíduo como juiz supremo dos próprios objetivos, é a convicção de que suas ideias deveriam governar-lhe tanto quanto possível a conduta que constitui a essência da visão individualista*” (idem, p. 77).

Assim, “*... não tem grande importância se os objetivos de cada indivíduo visam apenas as suas necessidades pessoais ou se incluem as de seus amigos mais próximos, ou mesmo dos mais distantes*”.

Von Hayek, justiça se lhe faça, consegue envolver bem o conteúdo de suas ideias em lubrificante, para consumo dos incautos. Aqui, é evidente que ele considera a preocupação que vai além do meramente individual, uma aberração – embora, como vimos, aceite uma intervenção “social”: a repressão (“coação”) sobre a maior parte dos indivíduos, isto é, sobre o povo.

Por fim, vejamos a brilhante visão histórica de von Hayek sobre a moral:

“*... desde o homem primitivo, restringido por um complicado ritual que abrangia quase todas as suas atividades cotidianas, limitado por inúmeros tabus, e que mal podia conceber uma conduta diferente da dos seus companheiros, a moral vem apresentando uma tendência a tornar-se cada vez mais uma simples linha divisória a circunscrever a esfera em que o in-*

divíduo pode agir livremente”.

Portanto, o problema do homem das cavernas era excesso de moralidade...

MUSA

A maior parte dos ideólogos do neoliberalismo é, ao modo da senhora Ayn Rand – a musa, literata e “filósofa” da turma -, adepta de uma ideologia de psicopata, se é que o sujeito não é realmente um psicopata.

O melhor exemplo é a própria senhora Rand, com seus escritos medíocres, elevada (!) ao altar (!!!) pelos neoliberais.

Leitora fanática de Nietzsche desde jovem, Rand escreveu o elogio de um assassino que raptou e esquartejou, **antes que morresse**, uma menina de 12 anos, Marion Parker.

Segundo Rand, esse monstro era “*a incrível imagem de um homem sem qualquer consideração por tudo o que uma sociedade considera sagrado, e com uma consciência própria. Um homem que realmente está sozinho, em ação e em alma. Ele tem a verdadeira, a inata psicologia de um super-homem. Ele pode nunca perceber e sentir outras pessoas*”. Outras pessoas não existem para ele, e ele não vê porque elas deveriam existir. (...) um rapaz brilhante, incommon, excepcional” por seu “imenso e explícito egotismo”, e somente falhou porque “um homem forte pode calcar a sociedade sob seus pés. Aquele rapaz [o assassino] não foi forte o suficiente para isso” (cit. por Johann Hari, “**How Ayn Rand Became an American Icon – The perverse allure of a damaged woman**”, Slate, 02/11/2009).

Este elogio define todo o resto que Rand escreveu: páginas e páginas em que o neoliberalismo aparece como suposta ficção pedagógica – aliás, chatíssima – com longas arengas contra, por exemplo, o costume de dar esmolas.

O inimigo, diz ela, é o altruísmo – é preciso jamais se preocupar com os outros, jamais ter consideração pelos outros. Existe uma única virtude no mundo: “o egoísmo”.

Quanto às “massas”, elas são constituídas por “piolhos”, “parasitas”, “lama a ser moída sob os pés, combustível a ser queimado”.

Um crítico norte-americano perguntou uma vez por que os personagens de Rand sempre declaravam não precisar de qualquer outro ser humano, e, ao mesmo tempo, se queixavam, a todo momento, de que os outros não se curvavam diante deles...

MAIS LIBERDADE

Se o leitor acha que Ayn Rand é caricatural, apesar de monstruosa, tem razão, até pela vida da figura: sem entrar em questões pessoais constrangedoras, Rand nasceu na Rússia, com o nome de Alisa Rosenbaum, e somente conseguiu frequentar a universidade e se formar, em 1924, devido à Revolução Russa. Como lembrou um de seus biógrafos, os judeus – e, menos ainda, as judias – na Rússia de antes da Revolução, não podiam estudar na universidade.

Mas isso apenas aumentou a sua ingratidão. Para o resto da vida, sobretudo depois de emigrar para os EUA, os bolcheviques, os soviéticos, seriam o seu objeto persecutório.

Realmente, tudo no neoliberalismo parece uma caricatura.

Já abordamos o panfleto de Friedrich von Hayek. Agora, tomemos outro panfleto neoliberal, de outro de seus “pais fundadores”, Milton Friedman, que, entre outras coisas, foi também conselheiro de Pinochet, Videla e outras ditaduras plantadas pelos EUA na América Latina.

Portanto, trata-se de um especialista em liberdade.

Por isso, seu panfleto é um livro intitulado “**Capitalismo e Liberdade**”.

Continua na próxima edição